Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 7
1.5 Principais clientes 8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 13
1.10 Informações de sociedade de economia mista 16
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 17
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 18
1.13 Acordos de acionistas 19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 21
1.16 Outras informações relevantes 22
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 23
2.2 Resultados operacional e financeiro 34
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 38
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 39
2.5 Medições não contábeis 40
2.6 Eventos subsequentes as DFs 41
2.7 Destinação de resultados 42
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 44
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 45
2.10 Planos de negócios 46
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 49
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 50
3.2 Acompanhamento das projeções 51

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 52
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 69
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 70
4.4 Processos não sigilosos relevantes 74
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 81
4.6 Processos sigilosos relevantes 82
4.7 Outras contingências relevantes 83
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 84
5.2 Descrição dos controles internos 85
5.3 Programa de integridade 86
5.4 Alterações significativas 93
5.5 Outras informações relevantes 94
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 95
6.3 Distribuição de capital 102
6.4 Participação em sociedades 103
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 104
6.6 Outras informações relevantes 105
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 106
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 107
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 108
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 109
7.4 Composição dos comitês 116
7.5 Relações familiares 117
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 118
7.7 Acordos/seguros de administradores 119
7.8 Outras informações relevantes 120
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 121

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 122
8.3 Remuneração variável 126
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 127
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 128
8.6 Outorga de opções de compra de ações 129
8.7 Opções em aberto 130
8.8 Opções exercidas e ações entregues 131
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 132
8.10 Outorga de ações 133
8.11 Ações entregues 134
8.12 Precificação das ações/opções 135
8.13 Participações detidas por órgão 136
8.14 Planos de previdência 137
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 138
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 139
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 140
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 141
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 142
8.20 Outras informações relevantes 143
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 144
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 145
9.4 Outras informações relevantes 146
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 147
10.1 Descrição dos recursos humanos 149
10.2 Alterações relevantes 151
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 152
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 153
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 154
10.5 Outras informações relevantes 155
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 156
11.2 Transações com partes relacionadas 157
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 163
11.3 Outras informações relevantes 165
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 166
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 167
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 168
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 170
12.5 Mercados de negociação no Brasil 171
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 172
12.7 Títulos emitidos no exterior 173
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 174
12.9 Outras informações relevantes 175
13. Responsáveis pelo formulário
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 176
13.1 Declaração do diretor presidente 177
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 180
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 183

1.1 Histórico do emissor



R$705M
Rec. Operacional Líquida Ajustada, ex-IFRS Construção
▲9.1% vs 2024

R$489M
EBITDA/ajustado
Margem 69.4%

R$78M
Lucro Líquido
▲254% VS 2024

R$373M
Caixa e Equivalentes
▲310% VS 2024

R$2.3Bi
Dívida Bruta
▲103% VS 2024

3,9x
Dív.Líq/EBITDA
Covenant ≤ 5,0x

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1 Descrever sumariamente o histórico do emissor

Constituição e Objeto Social

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") foi constituída em 12 de novembro de 2008 como sociedade de propósito específico de capital fechado, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do Corredor Raposo Tavares, ligando Bauru a Presidente Epitácio no Estado de São Paulo.

O Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009 foi firmado em 16 de março de 2009, com prazo de vigência de 30 anos. A operação teve início em 17 de março de 2009.

Evolução do Controle Acionário

2008	Fundação — Consórcio Invepar + OAS vence concorrência ARTESP. CART constituída em 12/11/2008 como SPE de capital fechado.
2009	Início de operações — Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009 (30 anos). PII concluído em novembro; 9 praças de pedágio em dezembro.
2010	Registro CVM nº 22268 (22/11/2010). Listagem na B3 com Governança Corporativa Nível 2.
2018	Atingimento de ~94% dos investimentos contratuais previstos executados.
2020	Aquisição Grupo Pátria — IBH II (Pátria Infraestrutura III FIP) adquire 100% do capital da CART detido pela Invepar.
2023	Reorganização societária com alteração no controle indireto da Companhia.
2025	Maturidade operacional — 4ª emissão de debêntures (R$1,2B), liquidação da 2ª emissão e conclusão do ciclo de CAPEX contratual.

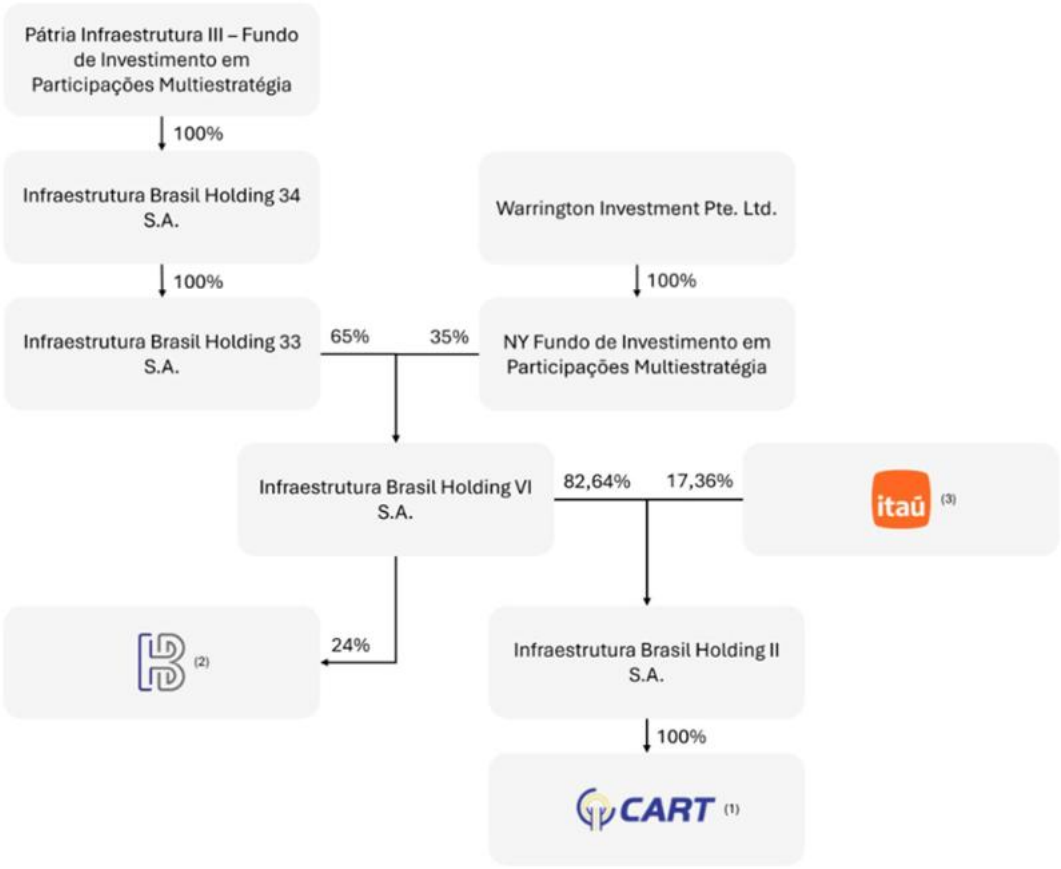
1.1 Histórico do emissor

Abrangência do Contrato de Concessão

O Corredor Raposo Tavares compreende 444 quilômetros de extensão (388 km de eixo principal e 56 km de acessos). A Companhia é também responsável pela conservação de 390 km de rodovias vicinais, totalizando 834 km gerenciados em 34 municípios.

Rodovia	Nome Oficial	Trecho
SP-225	Rod. João Baptista Cabral Rennó	Bauru → Santa Cruz do Rio Pardo
SP-327	Rod. Orlando Quagliato	Santa Cruz do Rio Pardo → Ourinhos
SP-270	Rod. Raposo Tavares	Ourinhos → Presidente Epitácio

Organograma



Legenda	Razão Social	CNPJ
(1)	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	10.531.501/0001-58
(2)	IBH I Serviços e Participações S.A.	40.942.710/0001-55
(3)	Itaú Unibanco S.A.	60.701.190/0001-04
	Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	30.799.177/0001-60
	Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.	35.378.705/0001-21
	Infraestrutura Brasil Holding 33 S.A.	52.845.623/0001-69
	Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	52.647.422/0001-57
	Pátria Infraestrutura III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.870.733/0001-80
	NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	28.953.928/0001-00
	Warrington Investment Pte. Ltd.	30.602.126/0001-05

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1. Atividades do Emissor

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A CART é uma companhia de capital fechado listada na B3 com Nível 2 de Governança, registrada na CVM sob categoria B (nº 22268). Como signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, possui cultura, valores e princípios pautados pelo respeito, ética e transparência em todas as suas relações.

O trecho sob administração da CART está compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, que, em seu eixo principal, possui 444 quilômetros de extensão. Além disso, a CART também realiza a manutenção de estradas vicinais, que corresponde a 390 quilômetros, totalizando 834 quilômetros de rodovias, passando por 34 municípios.

O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá.

Posição Geográfica da Companhia

Imagem 01 – Mapa rodoviário integral, contendo os 834 quilômetros de extensão



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A atuação da companhia abrange desde obras estruturais — como restauração, modernização e conservação — até a operação plena da malha, com suporte ininterrupto aos usuários e pronto atendimento a emergências. Para garantir uma experiência segura, a infraestrutura dispõe de unidades de SAU, passarelas e pontos de ônibus, além de modernos sistemas de monitoramento climático e de tráfego, equipados com câmeras e painéis de comunicação em tempo real.

A **CART** administra 834 km de rodovias e vicinais, assegurando excelência em serviços priorizando sempre a segurança e o fluxo eficiente do transporte.

Além da arrecadação de pedágio, o contrato de concessão autoriza a concessionária a explorar, sob sua exclusiva responsabilidade, fontes alternativas de receitas denominadas **Receitas Acessórias**. Entre as atividades permitidas pela legislação, destacam-se:

- **Publicidade:** Veiculação de anúncios nos termos da lei.
- **Acessos:** Cobrança pela implementação e manutenção de vias de acesso.
- **Faixa de Domínio:** Remuneração pelo uso comercial das áreas lindeiras à rodovia.
- **Serviços Complementares:** Prestação de outros serviços correlatos permitidos em contrato.

- Receitas acessórias 2025: R$22.356 mil (**+0,6%** vs 2024), representando **~3%** da receita bruta total.

Para todos os efeitos a Companhia não possui controladas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1 Atividades do Emissor

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1 Atividades do Emissor

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.5 Principais clientes

1 Atividades do Emissor

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1 Atividades do Emissor

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

A CART não realiza doações ou contribuições financeiras, seja diretamente ou por meio de terceiros, para campanhas políticas, partidos políticos, candidatos a cargos eletivos ou entidades de lobby. Esta prática está em conformidade com a Lei nº 9.504/97 - Art. 24. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou qualquer contribuição para custear atividade de influência em decisões de políticas públicas.

Além disso, a Companhia proíbe expressamente a realização de doações, patrocínios ou qualquer tipo de contribuição que possa ser interpretada como apoio político, seja em nome próprio ou de empresas do seu grupo econômico. Essa diretriz está prevista no Código de Conduta Ética da Cart, documento que orienta todas as práticas de governança e integridade corporativa.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1 Atividades do Emissor

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

C) **Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1 Atividades do Emissor

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1 Atividades do Emissor

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a) Indicar se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade
A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, passará a divulgar informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

b) Indicar a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento
A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

c) Indicar se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso
A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, o relatório ou documento passará a ser auditado ou revisado por entidade independente.

d) Indicar se a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado
A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, passará a divulgar o relatório ou documento na rede mundial de computadores.

e) Indicar se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor
A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, considerará a divulgação da matriz de materialidade e indicadores chaves de desempenho, ambos já existentes na companhia.

f) Indicar se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor
A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2, e passará a considerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e materiais para o negócio.

g) Indicar se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas
A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. e passará a considerar as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A concessionária possui inventário nos escopos 1, 2 e 3, tem seu relatório auditado por entidade independente e obteve selo ouro no Programa GHG Protocol referente aos inventários de 2022, 2023, e 2024 e está em trâmites para obtenção do selo ouro no inventário de 2025. Os detalhes podem ser levantados no endereço: https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/5555

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A Companhia está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2, e passará a publicar informações de ASG em relatórios anuais ou documentos específicos.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A empresa possui matriz de dupla materialidade e passará a publicar em atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A empresa possui indicadores-chaves de desempenho ASG e passará a publicar em atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia não atende a esse item em decorrência do citado no item “i” acima.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. No entanto, considera os ODS e atende parte das recomendações climáticas emanadas pelo TCFD ou outras entidades reconhecidas.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A concessionária possui inventário nos escopos 1, 2 e 3, tem seu relatório auditado por entidade independente e obteve selo ouro no Programa GHG Protocol referente aos inventários de 2022, 2023, e 2024 e está em trâmites para obtenção do selo ouro no inventário de 2025. Os detalhes podem ser levantados no endereço: https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/5555

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Informações Ambientais. Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

Ambiental	Social	Governança
Selo Ouro GHG Protocol	834 km gerenciados	Nível 2 B3
2022 · 2023 · 2024	34 municípios atendidos	Código de Conduta Ética
Inventário Escopos 1, 2 e 3	SAUs e passarelas ativas	Pacto Anticorrupção
Auditoria independente	Monitoramento 24h	ISO 37001 desde 2022
Em trâmite: Selo 2025	Atendimento emergências	Zero contribuições políticas

Roadmap de Adequação → IFRS S1 e S2

Status	Item de Adequação IFRS S1 e S2
Concluído	Inventário GEE Escopos 1, 2 e 3 auditado — Selo Ouro GHG Protocol 2022, 2023, 2024
Concluído	Matriz de dupla materialidade (existente internamente)
Concluído	Indicadores-chave de desempenho ASG (existentes internamente)
Em andamento	Publicação do Relatório IFC — 1º Relatório elaborado em 2025
Em andamento	Publicação de relatório ASG anual autônomo
Planejado	Divulgação pública da matriz de materialidade e KPIs ASG
Planejado	Submissão do relatório ASG a auditoria independente
Planejado	Incorporação dos ODS e recomendações TCFD ao relatório

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1 Atividades do Emissor

1.10 Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

A Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1 Atividades do Emissor

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No exercício social de 2025, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1 Atividades do Emissor

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Deliberação	Redução de Capital
Descrição	O acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, delibera, sem quaisquer restrições, por aprovar a reorganização do capital da Companhia, de modo a reduzir o seu capital social em R$864.625.481,04 (oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quatro centavos), passando-o de R$2.451.400.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões e quatrocentos mil reais) para R$ 1.586.774.518,96 (um bilhão, quinhentos e oitenta e seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e dezoito reais e noventa e seis centavos), através de compensação contra a conta de prejuízos acumulados consolidada pela Companhia. Tal operação não alterará o número de ações ordinárias e preferenciais da companhia
Documento em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Ata da assembleia geral extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2024. (Publicado na Central de Sistemas da CVM)

1.13 Acordos de acionistas

1 Atividades do Emissor

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

No ano de referência deste Formulário, não houve indicações de celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1 Atividades do Emissor

1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No ano 2017, a CART adequou sua estrutura organizacional ao integrar-se à plataforma de negócios da Matriz Invepar. Essa centralização de serviços para todo o Grupo visou o aumento da produtividade, a redução de custos e a melhoria na experiência do cliente. Essa reestruturação das atividades de suporte, consolidada ao longo de 2017 e 2018, proporcionou avanços significativos na gestão dos negócios da Companhia.

Posteriormente, em 19 de dezembro de 2019, a Invepar assinou o contrato para a alienação de 100% de sua participação na concessionária. Após o cumprimento das condições precedentes em 23 de abril de 2020, a operação foi concluída no dia 30 do mesmo mês, com a transferência do controle acionário para a Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Essa transição exigiu uma nova revisão do modelo de atuação, desvinculando a CART da estrutura central da Invepar. Assim, em 2021, a governança foi atualizada e a Companhia passou a utilizar os serviços da IBH I Serviços e Participações S.A., empresa que conta com a participação societária da IBH VI — uma das holdings controladoras da CART.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1 Atividades do Emissor

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No ano de referência, não foram celebrados contratos relevantes, exceto aqueles vinculados às atividades operacionais da Companhia. Os contratos relevantes da Companhia são o Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009 e as escrituras de emissão de debêntures (3ª e 4ª emissões).

1.16 Outras informações relevantes

1 Atividades do Emissor

1.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que todas as informações relevantes já foram relacionadas nos itens anteriores, quaisquer dúvidas adicionais podem acessar o contrato de concessão através dos links:

Artesp: https://www.artesp.sp.gov.br/artesp/setor-regulado/rodovia/concessionarias/cart
Cart: https://cartsp.com.br/quem-somos/

Ou entrem em contato conosco através dos nossos canais de atendimento (https://cartsp.com.br/fale-conosco/) ou pelo site de RI (https://ri.cartsp.com.br/).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As informações apresentadas neste item foram extraídas de nossas demonstrações financeiras. A análise conduzida por nossos Diretores, que esclarece os resultados obtidos e as razões das variações nas contas patrimoniais, reflete uma avaliação criteriosa dos impactos dos dados apresentados sobre nossa posição financeira. É importante destacar que, embora essa análise ofereça uma visão fundamentada, não há garantias de que a situação financeira e os resultados alcançados no passado se repitam no futuro.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Além disso, estão alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) e foram auditadas por auditores independentes, assegurando transparência e credibilidade às informações apresentadas.

Os termos **"AH"** e **"AV",** presentes nas colunas de determinadas tabelas do item 2 deste formulário de referência, significam **"Análise Horizontal"** e **"Análise Vertical"**, respectivamente.

A **Análise Horizontal** compara índices ou itens da mesma rubrica em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período.
Já a **Análise Vertical** representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida nos exercícios ou períodos analisados, ou em relação ao total do ativo e/ou ao total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia foi constituída em 12 de novembro de 2008 e iniciou suas operações em 17 de março de 2009, com a assinatura do termo de transferência dos trechos rodoviários previstos no Contrato de Concessão.

Debêntures – 3ª emissão
Em setembro de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações conforme a instrução CVM nº 476/09 no valor de R$1.050.000 Mil. A debênture tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035.

Debêntures – 4ª emissão
Em março de 2025 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a realização da quarta emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações conforme a instrução CVM nº 476/09 no valor de R$1.200.000 Mil. A debênture tem o prazo de vencimento de 129 meses, com vencimento em 15 de março de 2036.

Em dezembro de 2024, houve a liquidação integral dos saldos correspondentes a 1ª e 2ª emissão de debêntures.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

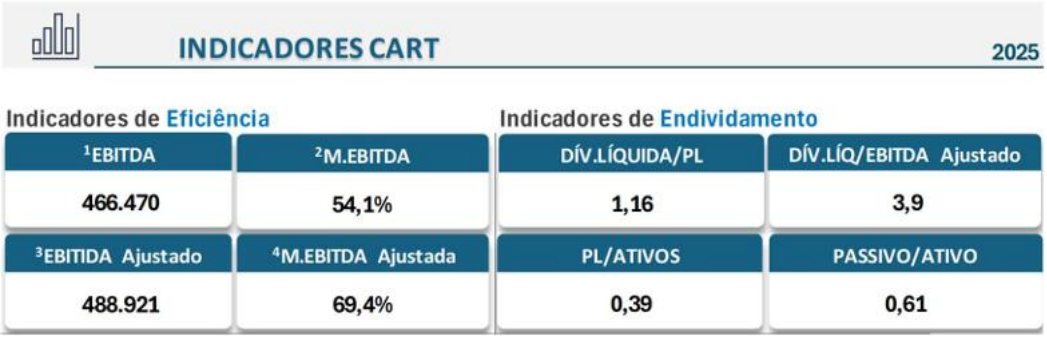
gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e crescimento do produto interno bruto.

A Administração avalia que a Companhia mantém uma geração de caixa resiliente e uma estrutura de capital otimizada, contando com fontes de financiamento diversificadas para assegurar a execução de seu plano de negócios. A Diretoria entende que a dinâmica das disponibilidades financeiras reflete, primordialmente, a performance operacional do tráfego pedagiado, o cronograma físico-financeiro dos investimentos (CAPEX), a gestão do endividamento — incluindo captações e amortizações — e as flutuações usuais no capital de giro, especificamente no contas a receber.

Composição Patrimonial

Valores em (R$Mil)	2025	2024	2023
Receita Líquida de Serviços	704.858	646.123	605.949
Caixa e Equivalentes de Caixa	373.010	91.034	124.351
Aplicações Financeiras Vinculadas	51.025	9.984	17.909
Ativo Circulante	547.093	161.086	213.105
Dívida Bruta[(i)]	2.347.735	1.157.766	1.217.714

[(i)] *A dívida bruta é definida por empréstimos (se houver), financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).*



[1] *Conforme Resolução CVM nº 156, 23 de junho de 2022, a Companhia calcula o EBITDA da seguinte forma: resultado líquido do período, acrescido das despesas com tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das despesas com depreciações e amortizações.*

[2] *A **margem EBITDA** foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.*

[3] *O **EBITDA ajustado** é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa: (i) receita e custo de construção requerimento do IFRS (ii) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12.*

[4] *A **margem EBITDA ajustada** também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas,*

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta um Ativo Circulante de R$547 milhões, um caixa e equivalentes de R$373 milhões e um endividamento bruto de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R$2.348 milhões. Nossos diretores entendem que proveremos recursos suficientes para liquidar nossos compromissos de curto e longo prazo, tendo como base o forte potencial de geração de caixa, inerente aos negócios de concessão de rodovias.

b) Estrutura de Capital

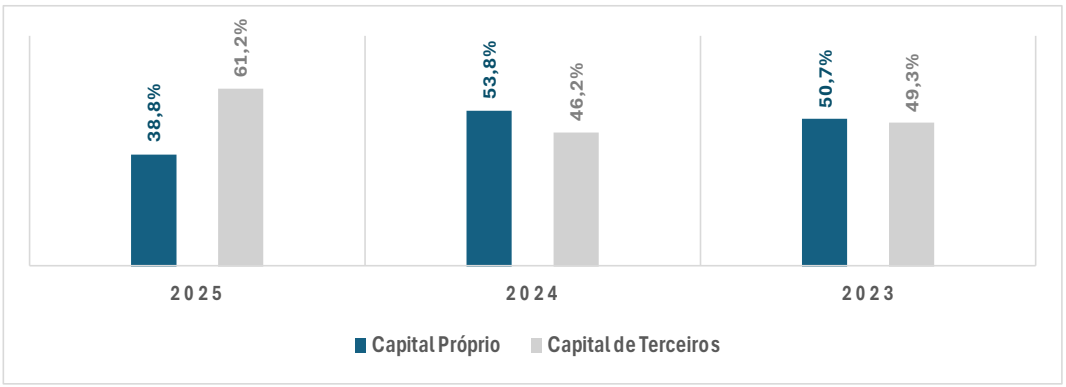
A Companhia tem um capital social de R$1.586.775 mil. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos.

A CART não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação. Vale destacar que, conforme restrição prevista no contrato de concessão, não poderemos, durante todo o prazo de concessão, reduzir nosso capital social, a qualquer título, ou adquirir ações de nossa emissão sem prévia e expressa autorização da ARTESP.

A estrutura de capital consolidada em 31 de dezembro de 2025 é composta por 41% de capital próprio e 59% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2024 a estrutura de capital era composta por 58% de capital próprio e 42% de capital de terceiros.







A Administração busca a otimização da estrutura de capital mediante o equilíbrio estratégico entre recursos próprios e de terceiros, visando a minimização do custo médio ponderado de capital (WACC) e a maximização do valor presente líquido (VPL) dos projetos. Essa composição é dinamicamente ajustada às condições de mercado, notadamente ao cenário de taxas de juros; em contextos de juros elevados, nos quais o custo da dívida pode sobrepor-se ao custo de oportunidade do capital próprio, a Companhia prioriza a utilização de recursos internos. Adicionalmente, em períodos de maior alavancagem financeira, a Administração pode optar pelo financiamento via capital próprio para preservar a liquidez e a viabilidade operacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As tabelas abaixo traduzem a performance da estrutura de capital da Companhia.

Valores em (R$Mil)	2025	2024	2023
Endividamento Bruto	2.347.735	1.157.766	1.217.714
Caixa e Equivalentes de Caixa	373.010	91.034	124.351
Aplicações Financeiras Vinculadas	51.025	9.984	17.909
Endividamento Líquido	1.923.700	1.056.748	1.075.454
Patrimônio Líquido	1.652.198	1.608.883	1.586.774

Indicadores	2025	2024	2023
Eficiência			
Margem Bruta Ajustada	42,8%	40,4%	41,7%
Margem EBITDA Ajustada	69,4%	67,0%	64,9%
Margem Ebit Ajustada	33,4%	29,0%	28,6%
Margem Líquida Ajustada	11,1%	3,4%	1,7%
Endividamento			
Div.Líquida / PL	1,2	0,7	0,7
Div.Líquida / EBITDA Ajustado	3,9	2,4	2,8
PL / Ativos	0,4	0,5	0,5
Passivo / Ativo	0,6	0,5	0,5

O Patrimônio Líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, os diretores entendem que ela apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar os seus negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia confirma que o perfil de vencimento de suas obrigações financeiras está integralmente alinhado com o plano de negócios e com a vigência do período de concessão. Em 31/12/2025: Ativo Circulante R$547M, Caixa R$373M, Aplicações vinculadas R$51M. Endividamento bruto R$2.348M. A Administração avalia que a forte geração de caixa operacional é suficiente para honrar compromissos de curto e longo prazo.

Em 2025, a Companhia captou recursos adicionais junto ao mercado, através da 4ª emissão de debêntures, para fazer frente ao seu plano de negócios. Desta forma, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação de projetos e o cumprimento de seus objetivos sociais, a Companhia financia suas atividades, desde o início das operações, por meio da captação de recursos via contratos financeiros de curto, médio e longo prazos com instituições de primeira

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

linha, emissão de valores mobiliários (como notas promissórias e debêntures) e geração de caixa operacional.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria da Companhia avalia constantemente novas oportunidades de negócio, que poderão ser custeadas por meio de recursos próprios (caixa e aplicações financeiras), pela geração operacional de caixa, pela contratação de financiamentos ou por uma composição dessas fontes.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um endividamento financeiro de R$ 2.347.735 mil, conforme demonstrativo abaixo.

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Modalidade de Dívida	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2025
Debênture - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.240.116
Debênture - Série 4	IPCA	8,53% a.a.	15/03/2036	1.246.067
(-) Custos de Transação				(138.448)
				2.347.735

Dívida bruta

Para mais informações sobre as debêntures acesse a Demonstração Financeira completa data base 31/12/2025 publicadas em nosso site ou na Central de Sistemas da CVM.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Até a data base 31/12/2025 a Companhia não era parte em outras relações de longo prazo como contrato de empréstimo ou de financiamento com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Existe grau de subordinação na ocorrência de um Evento de Capitalização, a realização pela Acionista de concessão de empréstimo à Emissora, na modalidade de mútuo concedido por qualquer empresa do grupo da Acionista com pagamento subordinado à dívida representada pelas Debêntures da 2ª Emissão e às Debêntures e em condições de remuneração de mercado; e endividamentos contratados pela Emissora, após 1º de janeiro de 2025, os quais não poderão contar com garantias reais ou fidejussórias da Emissora, exceto por garantias reais sobre sobejo do produto da excussão das Garantias ou garantias reais de 2º (segundo) grau sobre os bens objeto das Garantias, subordinadas, portanto, às Garantias Reais descritas nesta Escritura de Emissão, e observado que a contratação de referido endividamento pela Emissora não deverá resultar em descumprimento de nenhum dos Índices Financeiros.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Dívida líquida / [1]EBITDA ≤ 5,0x
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = EBITDA ajustado / [2]Serviço da Dívida.

[1]EBITDA = Resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação, amortização, receita e despesa financeira, subtraído os impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (Investimento total-financiamentos-aporte de capital).

[2]Serviço da Dívida = Amortização das Debêntures.

Covenants Financeiros – 31/12/2025.

Conforme escritura das debêntures, o índice financeiro a ser observado é: Dívida Líquida / EBITDA ≤ 5,0x (**limite ampliado por waiver concedido por ocasião da 4ª emissão, vs. limite anterior de 3,75x**). Resultado em 31/12/2025: 3,9x — em conformidade. A Companhia estima cumprir os covenants nos próximos 12 meses.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Companhia cumpriu todos os índices dos covenants de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2025. A Companhia estima que irá cumprir os covenants que serão apresentados nos próximos 12 meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo de suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos 12 meses.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os recursos referentes às duas emissões de debêntures foram integralmente recebidos na data de suas respectivas integralizações, não havendo outras parcelas a serem sacadas.

Dívida	Valor Contratado (R$ Mil)	% Liberado	% a Liberar
3ª emissão debêntures	1.050.000	100,00%	0,00%
4ª emissão debêntures	1.200.000	100,00%	0,00%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As nossas informações financeiras referentes às demonstrações de resultado, aos balanços patrimoniais e às demonstrações de fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são derivadas das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A seguir apresentamos os valores relativos à demonstração de resultados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 (em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Demonstração dos resultados para os exercícios encerrados em **31 de dezembro de 2025 e 2024**.

Demonstração do Resultado	31.12.2025	A.V. %	31.12.2024	A.V. %	A.H. %
R$ Mil					
Receita operacional líquida	795.592	100,0%	775.814	100,0%	2,5%
Custo dos serviços prestados	(493.582)	(62,0%)	(514.626)	(66,3%)	-4,1%
Lucro Bruto	**302.010**	**38,0%**	**261.188**	**33,7%**	**15,6%**
Gerais e administrativas	(59.676)	(7,5%)	(79.383)	(10,2%)	(24,8%)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	(7.137)	(0,9%)	5.562	0,7%	(228,3%)
Lucro Operacional	**235.197**	**29,6%**	**187.367**	**24,2%**	**25,5%**
Receitas financeiras	88.341	11,1%	16.253	2,1%	443,5%
Despesas financeiras	(201.891)	-25,4%	(159.187)	-20,5%	26,8%
Resultado Financeiro	**(113.550)**	**(14,3%)**	**(142.934)**	**(18,42%)**	**-20,6%**
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**121.647**	**15,3%**	**44.433**	**5,7%**	**173,8%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(36.904)	(4,6%)	(18.650)	(2,4%)	97,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.574)	(0,8%)	(3.674)	(0,5%)	78,9%
Lucro Líquido do Exercício	**78.169**	**9,8%**	**22.109**	**2,8%**	**253,6%**

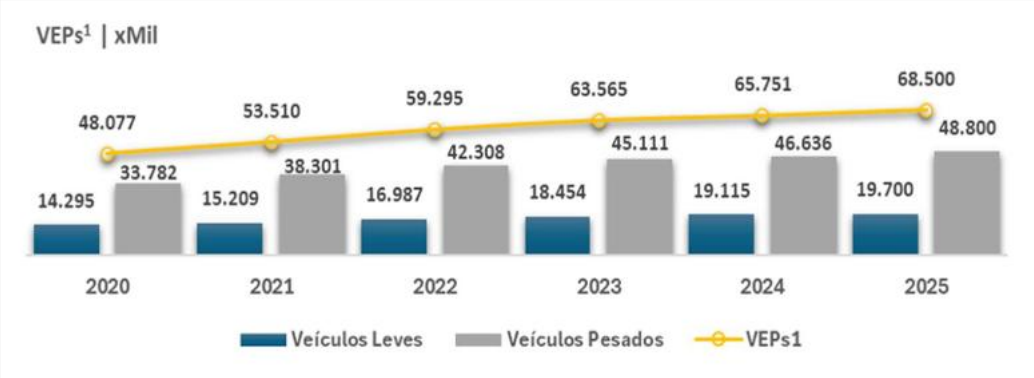
2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Desempenho da receita operacional

A performance operacional da Companhia demonstrou um leve crescimento no exercício de 2025 (+2,5%).

Receitas	31.12.2025	31.12.2024	A.H. %
Receitas de pedágio	748.966	685.055	9,3%
Receitas acessórias	22.356	22.228	0,6%
Receita Bruta	**771.322**	**707.283**	**9,1%**
Receitas de construção **[IFRS]**	90.734	129.691	-30,0%
Receita Bruta + Rec.Construção	**862.056**	**836.974**	**3,0%**
Deduções	(66.464)	(61.160)	8,7%
Receita operacional líquida	**795.592**	**775.814**	**2,5%**

- A **Receita Bruta de Serviços** (excluindo receitas de construção) registrou um crescimento de **9,1%** em 2025, comparativamente ao ano anterior.
- **Valores:** Este aumento se traduz principalmente pelo aumento do tráfego VEP's (**+4,1%)**, somados ao reajuste tarifário de **(+5,3%)** ocorrido em julho de 2025.



[1]*VEPs – Veículos Equivalentes Pagantes*

Deduções da receita

As deduções da receita da Companhia consistem em tributos pagos e aplicados na receita da Companhia. Referidas deduções aumentaram 8,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 quando comparada ao mesmo período de 2024 reflexo da boa performance da receita, os impostos retidos e pagos consistem basicamente em retenções de ISS, PIS e COFINS.

Receita de construção

Em conformidade com a **ICPC 01**, a Companhia registrou, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, receitas de construção de infraestrutura no montante de **R$90,7 milhões** e **R$129,7 milhões**, respectivamente. Dado que os custos incorridos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

foram equivalentes às receitas reconhecidas, não houve impacto na margem de lucro bruta dessas operações.

A redução de **30,0%** observada no período decorre do encerramento do ciclo de investimentos, conforme o cronograma contratual. Com a conclusão desta etapa, a Companhia atinge sua fase de maturidade operacional, priorizando a geração de caixa livre, a eficiência dos processos e a distribuição de lucros aos acionistas.

Custos e despesas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia registrou custos e despesas totais nos montantes de R$ 553 milhões e R$ 594 milhões, respectivamente.

Em comparação ao exercício anterior, observou-se uma redução de 6,9%. Tal desempenho reflete a eficiência na gestão das despesas operacionais (Opex) e a queda na rubrica de outras despesas operacionais, em razão de despesas não recorrentes incorridas no mesmo período do ano anterior.

Resultado financeiro

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia registrou resultado financeiro líquido negativo nos montantes de R$ 114 milhões e R$ 143 milhões, respectivamente.

O resultado financeiro da Companhia é impactado majoritariamente pelos encargos decorrentes dos juros sobre debêntures. Em comparação ao exercício anterior, observou-se uma redução de 20,6% no saldo negativo, variação esta influenciada, primordialmente, pelo aumento expressivo das receitas financeiras auferidas no exercício social de 2025.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou despesas com Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no montante de R$ 43 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Esse valor representa um incremento de 95% em relação ao exercício anterior.

Tal variação é justificada, pelo crescimento do lucro antes dos tributos (LAIR), reflexo direto da melhora na performance operacional da Companhia ao longo do período.

Lucro líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R$ 78 milhões, montante que representa um incremento de 254% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho é reflexo, da combinação entre a expansão da receita líquida (melhora na arrecadação), a otimização da performance operacional e a evolução positiva do resultado financeiro no período.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Condições financeiras e patrimoniais

A seguir apresentamos os valores relativos aos saldos das contas patrimoniais da Companhia números consolidados nas datas base 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma): Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

Balanço Patrimonial	31.12.2025	AV %	31.12.2024	AV %	AH %
R$Mil					
Caixa e equivalentes de caixa	373.010	8,8%	91.034	3,0%	309,7%
Aplicações financeiras vinculadas	51.025	1,2%	9.984	0,3%	411,1%
Contas a receber	49.192	1,2%	43.205	1,4%	13,9%
Partes relacionadas	960	0,0%	-	0,0%	0,0%
Estoques	4.808	0,1%	5.816	0,2%	-17,3%
Impostos a recuperar	6.481	0,2%	990	0,0%	554,6%
IRPJ e CSLL a recuperar	1.181	0,0%	1.828	0,1%	-35,4%
Adiantamentos a fornecedor	60.436	1,4%	8.229	0,3%	634,4%
Ativo Circulante	**547.093**	**12,8%**	**161.086**	**5,4%**	**239,6%**
Imposto diferidos	415.920	9,8%	422.494	14,1%	-1,6%
Debêntures Privativa	1.013.677	23,8%	-	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	8.712	0,2%	9.039	0,3%	-3,6%
Outros	9	0,0%	9	0,0%	0,0%
Imobilizado	17.532	0,4%	26.328	0,9%	-33,4%
Infraestrutura em construção	3.099	0,1%	1.687	0,1%	83,7%
Intangível	2.252.814	52,9%	2.370.251	79,2%	-5,0%
Ativo não Circulante	**3.711.763**	**87,2%**	**2.829.808**	**94,6%**	**31,2%**
Ativo Total	**4.258.856**	**100,0%**	**2.990.894**	**100,0%**	**42,4%**

O Balanço Patrimonial referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 reflete a fase de maturação da Companhia, caracterizada pelo encerramento de ciclos de investimentos, ganhos de eficiência operacional e maior retenção de caixa.

Grupo	2025 Vs 2024	Fatores Chave e Implicações
Ativo Circulante	239,6%	O Ativo Circulante apresentou um crescimento de **240%** impulsionado pelo incremento de **310%** no saldo de caixa e equivalentes de caixa em relação ao exercício anterior.
Ativo não Circulante	31,2%	Paralelamente, o Ativo Não Circulante registrou expansão de **31%**, variação decorrente, primordialmente, de títuto de dívida emitido pela (Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.) dos quais a Companhia é detentora, na condição de debenturistas, fazendo jus ao recebimento do valor principal e dos respectivos encargos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Condições financeiras e patrimoniais

Balanço Patrimonial	31.12.2025	AV %	31.12.2024	AV %	AH %
R$Mil					
Fornecedores	23.328	0,5%	24.939	0,8%	-6,5%
Debêntures	104.165	2,4%	34.514	1,2%	201,8%
Credores pela concessão	2.113	0,0%	1.929	0,1%	9,5%
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos	10.739	0,3%	10.855	0,4%	-1,1%
Impostos, taxas e contribuições	9.488	0,2%	7.241	0,2%	31,0%
Passivo de arrendamento	5.752	0,1%	2.952	0,1%	94,9%
Partes relacionadas	1.272	0,0%	1.313	0,0%	-3,1%
Provisão para manutenção	27.886	0,7%	27.886	0,9%	0,0%
Outras contas a pagar	11.899	0,3%	10.670	0,4%	11,5%
Passivo Circulante	**196.642**	**4,6%**	**122.299**	**4,1%**	**60,8%**
Debêntures	2.243.570	52,7%	1.123.252	37,6%	99,7%
Passivo de arrendamento	14.495	0,3%	4.179	0,1%	246,9%
Provisão para riscos	55.047	1,3%	58.145	1,9%	-5,3%
Provisão para manutenção	71.857	1,7%	46.868	1,6%	53,3%
Receita acessória antecipada	25.047	0,6%	27.268	0,9%	-8,1%
Passivo não Circulante	**2.410.016**	**56,6%**	**1.259.712**	**42,1%**	**91,3%**
Patrimônio Líquido	**1.652.198**	**38,8%**	**1.608.883**	**100,0%**	**2,7%**
Capital social	1.586.775	37,3%	2.451.400	82,0%	-35,3%
Reserva legal	3.908	0,1%	-	0,0%	0,0%
Reserva retenção de lucro	61.515	1,4%	-	0,0%	0,0%
Prejuízo acumulado	-	0,0%	- 842.517		-100,0%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.258.856**	**100,0%**	**2.990.894**	**100,0%**	**42,4%**

As variações observadas no **Passivo Circulante (+61%)** e no **Passivo Não Circulante (+91%)** são explicadas, majoritariamente, pelo serviço da dívida e pela apropriação de encargos financeiros (juros de debêntures). Em contrapartida, o **Patrimônio Líquido** permaneceu em patamar equivalente ao do exercício anterior, apresentando uma variação residual de apenas 3 pontos percentuais.

Grupo	2025 Vs 2024	Fatores Chave e Implicações
Passivo Circulante	60,8%	O incremento no Passivo Circulante decorre, primordialmente, do provisionamento de encargos financeiros relativos à 4ª emissão de debêntures, ocorrida no terceiro trimestre de 2025.
Passivo Não Circulante	91,3%	De forma análoga, a expansão do Passivo Não Circulante reflete o impacto da referida 4ª emissão, que representou um aumento de aproximadamente R$ 1 bilhão no endividamento de longo prazo da Companhia.
Patrimônio Líquido	2,7%	O Patrimônio Líquido permaneceu em patamar equivalente ao do exercício anterior, apresentando uma variação residual de apenas 3 pontos percentuais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2. Comentário dos diretores

2.2 Os diretores devem comentar

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

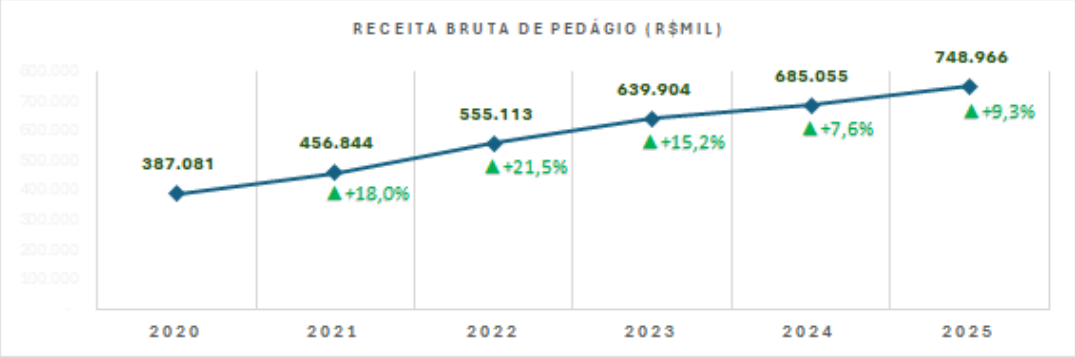
(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A estrutura de receita da Companhia é composta por duas categorias principais: (1) Receita Tarifária Principal, proveniente da cobrança de pedágio, e (2) Receitas Acessórias, derivadas de serviços complementares e exploração comercial das faixas de domínio.

No exercício de 2025, a Receita Líquida de serviços consolidada atingiu R$704,8 milhões, representando um crescimento de 9,1% em relação ao ano anterior (2024). Esse desempenho foi impulsionado por:

- **Crescimento Orgânico do Tráfego (+4,1%):** Aumento no volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), refletindo a recuperação da atividade econômica na região de influência da concessão.
- **Reajuste Tarifário Contratual:** Aplicação do reajuste anual previsto em contrato, indexado ao IPCA acumulado (+5,32%).
- **Manutenção das Receitas Acessórias:** Mantendo o aproveitamento do potencial comercial dos ativos, em segmentos como comercial das faixas de domínio, locações, publicidade e acordos operacionais com parceiros privados.

A Receita Tarifária manteve-se como a principal contribuidora, representando aproximadamente 97% do total, reforçando a previsibilidade do fluxo de caixa. As Receitas Acessórias, embora com participação menor, apresentam maior potencial de margem e diversificação da base de receitas.



Receita de Construção

A contabilização das receitas de construção da Companhia observa os preceitos estabelecidos pelas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que disciplina o reconhecimento contábil de contratos de concessão de serviços públicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a receita de construção somou R$90,7 milhões sem impacto no caixa, pois possui contrapartida integral nos custos de serviços de construção. Não há incidência de tributos sobre faturamento, uma vez que não há emissão de nota fiscal, tratando-se apenas de reconhecimento contábil da receita e do respectivo custo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receitas Acessórias

Adicionalmente, a empresa pode auferir receitas acessórias decorrentes de contratos de exploração comercial das faixas de domínio, locações, publicidade e acordos operacionais com parceiros privados, respeitando os limites e condições estabelecidos pela legislação vigente e pelo contrato de concessão. As receitas acessórias totalizaram R$22.356 mil em 2025.

(ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Impactos Socioeconômicos no Fluxo de Veículos

O desempenho operacional da Companhia é intrinsecamente correlacionado ao volume e à frequência do tráfego nas rodovias sob sua concessão. A performance desses ativos é sensível a variáveis macroeconômicas, tais como o nível de atividade econômica (PIB), oscilações nos índices inflacionários e nas taxas de juros, além da volatilidade nos preços dos combustíveis.

Tais fatores possuem o potencial de alterar a elasticidade da demanda por transporte, impactando diretamente o volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP) e, consequentemente, a geração de receita tarifária.

Principais drivers operacionais da Companhia em 2025:

- **Volume de Tráfego:** No exercício de 2025, a Companhia registrou um incremento de 4,1% no volume de VEPs em relação ao ano anterior, refletindo a resiliência do corredor logístico e o desempenho do transporte de cargas agrícolas e industriais, com destaque para o escoamento de produtos do agronegócio e da indústria regional, além da manutenção de níveis elevados de atividade logística nos corredores atendidos pela concessão.

- **Reajuste Tarifário Contratual:** Em estrito cumprimento às cláusulas contratuais, a tarifa básica de pedágio foi atualizada em 2025 com base na variação do IPCA acumulado, que totalizou 5,3% nos últimos 12 meses. Esse mecanismo assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

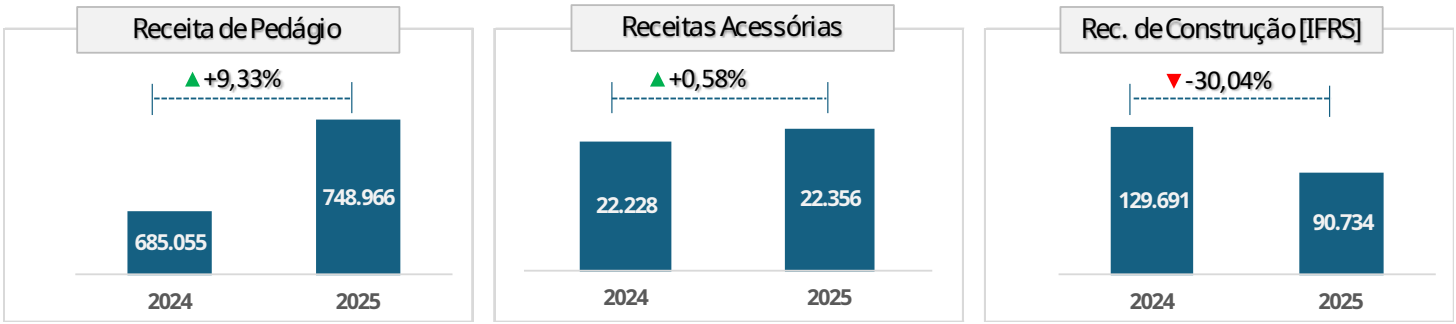
- **Efeito Calendário e Mix de Tráfego:** A receita operacional é influenciada pela composição dos dias úteis e feriados no período. Estima-se uma maior densidade de veículos leves em feriados prolongados, enquanto o tráfego comercial apresenta maior regularidade em dias úteis, impactando o mix de arrecadação.

- **Sazonalidade do Agronegócio (Ciclo de Safras):** Dada a localização estratégica da concessão em um importante corredor de escoamento agrícola, o tráfego de veículos pesados é fortemente impactado pela sazonalidade das safras. Prevemos um incremento volumétrico nos períodos de colheita e transporte de grãos, consolidando a relevância do ativo para a logística nacional.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

Não houve variação relevante atribuível ao câmbio, dada a operação exclusivamente interna, e a inflação média de **4,26%** contribuiu para a recomposição tarifária e ajustes nos contratos de serviços. Em 2025 as receitas de pedágio cresceram **9,33%**, já as receitas acessórias se mantiveram estáveis com um leve incremento de **0,58p.p**, enquanto a receita de construção recuou **30,04%** em comparação com 2024 devido ao fim do ciclo de investimentos conforme contrato de concessão.



C) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Exposição a riscos inflacionários

A inflação impacta os custos operacionais da Companhia, especialmente em relação a insumos para conservação e manutenção rodoviária (asfalto, concreto, serviços de engenharia e mão de obra). Parte desse efeito é mitigada pelo reajuste anual das tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão e indexado a índices de preços.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a despeito do cenário inflacionário, a Companhia demonstrou eficiência na gestão de seus gastos, apresentando uma redução de aproximadamente **6.9%** nas despesas e custos operacionais em comparação ao exercício de 2024.

Exposição a riscos cambiais

A exposição cambial da Companhia é reduzida, limitando-se a aquisições pontuais de equipamentos e sistemas importados, sem relevância no resultado. Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia não apresentou saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos financeiros em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenha caráter especulativo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A terceira e quarta emissão de debêntures são indexadas ao IPCA. Deste modo, o aumento ou a redução da inflação causam impacto no resultado da Companhia. A Diretoria informa, adicionalmente, que as debêntures emitidas pela Companhia são indexadas, primordialmente, ao IPCA e as aplicações financeiras ao CDI.

Para informações detalhadas sobre a exposição da Companhia a tais indexadores, recomenda-se a consulta à análise de sensibilidade constante no item 4.3 deste Formulário de Referência.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2. Comentário dos diretores

2.3 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudança nas práticas contábeis adotadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório da KPMG sobre as demonstrações financeiras de 31/12/2025 não contém ressalvas, ênfases ou parágrafos de outros assuntos relevantes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2. Comentário dos diretores

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor, e em seus resultados.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não se verificou a constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenha produzido, ou cuja produção de efeitos relevantes nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia seja razoavelmente esperada.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar de forma relevante suas demonstrações financeiras ou resultados.

2.5 Medições não contábeis

2. Comentário dos diretores

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseja divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. **informar o valor das medições não contábeis**
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2. Comentário dos diretores

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

2.7 Destinação de resultados

2. Comentário dos diretores

2.7 Os diretores devem comentar sobre a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. O Estatuto Social da Companhia não possui disposições específicas acerca de retenção de lucros.
i. Valores das Retenções de Lucros	Do lucro líquido apurado nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, nos montantes de R$ 78.169 mil e R$ 22.109 mil, respectivamente: (a) R$ 3.908 mil foram destinados à constituição de Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) R$ 34.854 mil foram destinados à distribuição de dividendos ao acionista, cujo pagamento foi efetuado em 29 de agosto de 2025.
ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Em 31 de dezembro de 2025, do lucro apurado, 5% foram destinados à reserva legal, 16% para distribuição ao acionista, a título de dividendos e 79% destinados a reservas de lucros.

b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação aplicável. O pagamento é realizado dentro dos prazos legais e eventuais correções monetárias ou juros somente serão aplicáveis se expressamente aprovados pela Assembleia Geral. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescrevem em favor da Companhia.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações., a Companhia distribui dividendos em bases anuais. Adicionalmente, nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia também, por deliberação da Assembleia Geral, poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial: se a Emissora realizar qualquer distribuição de recursos à Acionista, incluindo, mas não se limitando, distribuição de dividendos, inclusive dividendo mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital

2.7 Destinação de resultados

	próprio ou qualquer outro tipo de pagamento, empréstimo ou distribuição de recursos à Acionista, incluindo recompra, conversão, bonificação, resgate ou amortização de ações da Emissora, observado que a restrição e exceções aplicáveis à redução de capital social da Emissora se encontram dispostas exclusivamente na Cláusula 5.1.2(j) abaixo, caso (a) a Emissora esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão; e/ou (b) qualquer dos Índices Financeiros (conforme definido abaixo) não esteja sendo cumprido;

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia segue o disposto no artigo 26 do seu Estatuto Social que está em consonância com o artigo 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ("Lei das Sociedades por Ações"). Conforme descrito no item a. Regras sobre retenção de lucros.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2. Comentário dos diretores

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos:
Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia tenha mantido ou transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo, tampouco passivos correlatos.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:
Os Diretores da Companhia declaram, para os devidos fins, que, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não existem contratos de compra e venda futura de produtos ou serviços que não estejam devidamente registrados e evidenciados nas demonstrações financeiras, em estrita conformidade com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

(iii) Contratos de construção não terminada:
Os diretores informam que não existem compromissos firmes ou contratos de construção não terminada que não estejam reconhecidos ou evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025. Embora o contrato de concessão preveja um cronograma indicativo para obras e investimentos, os compromissos de capital (CAPEX) são formalizados apenas por contratações específicas conforme a evolução da concessão. Assim, não há contratos de obras em andamento que exijam divulgação adicional além do que já está refletido nas demonstrações financeiras.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos:
Os Diretores da Companhia declaram que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram firmados contratos de recebimento futuro de financiamentos que não estejam devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:
Os Diretores da Companhia informam que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2. Comentário dos diretores

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

A Diretoria da Companhia entende que não existem ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme citado em 2.8.

b) Natureza e propósito da operação:

A Diretoria da Companhia entende que não existem ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme citado em 2.8.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

A Diretoria da Companhia entende que não existem ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme citado em 2.8.

2.10 Planos de negócios

2. Comentário dos diretores

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Durante o exercício de 2025, a Companhia investiu R$ 116,4 milhões, destinados prioritariamente a obras de duplicação e melhorias em trechos estratégicos. O montante também contemplou intervenções de manutenção, segurança viária e elevação da qualidade operacional da rodovia.

O avanço dessas frentes de trabalho reforça o compromisso com a ampliação da capacidade de tráfego e o nível de serviço aos usuários. A redução do volume investido em relação ao período anterior decorre da conclusão de projetos estruturantes, marcando a transição para uma fase focada na conservação e otimização dos ativos, garantindo a sustentabilidade da concessão.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para realizar o financiamento dos investimentos, a Companhia utiliza uma combinação estratégica de recursos. Estes incluem capital próprio (recursos provenientes dos acionistas) e capital de terceiros, captados por meio da emissão de títulos no mercado de capitais e o caixa operacional da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos para o exercício de 2025.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

A companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. Novos produtos e serviços indicando:

Os Diretores informam que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em andamento ou que tenham sido desenvolvidos no exercício social encerrado em 2025.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

Ambiental: Atendimento aos Padrões de Desempenho do IFC (1º Relatório IFC elaborado em 2025).

Social: A atuação social da Companhia é pautada pelo investimento em programas que beneficiam diretamente as comunidades situadas ao longo da malha rodoviária (comunidades lindeiras).

2.10 Planos de negócios

Social | Programa > Educando Caminhos

Escopo do Programa	Recursos
Acreditamos que a educação é uma poderosa ferramenta de transformação. O Educando Caminhos foi elaborado com o propósito de estimular diálogos sobre temas relacionados ao trânsito mais seguro, turismo e cultura, cidadania, práticas esportivas em rodovias, descarte de resíduos e seus impactos para segurança viária. É um programa voltado para grupos ou escolas, em ambiente urbano ou rural, na nossa área de abrangência.	Próprio

Social | Programa > Turismo da Gente

Escopo do Programa	Recursos
O turismo é considerado uma das principais atividades econômicas de nosso país, sendo capaz de fomentar novos negócios às comunidades locais. Criamos o Turismo da Gente, um portal on-line com uma página no Instagram, para divulgarmos atrativos turísticos da nossa região, empoderando a população e instituições para geração de renda, valorização da cultura local e melhoria da situação econômica de forma sustentável.	Próprio

Social | Programa > Cart pela Vida

Escopo do Programa	Recursos
O CART pela Vida foi lançando em dezembro de 2020, com objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes. Levamos atendimentos de saúde e qualidade de vida aos motoristas, cidadania e sustentabilidade. Nele também são trabalhadas temáticas relacionadas ao PRA – Programa de Redução de Acidentes, fortalecendo nosso compromisso com a segurança viária.	Próprio

Social | Programa > Comunidade Verde

Escopo do Programa	Recursos
Encontros na comunidade visando promover e apoiar diálogos com foco em qualidade de vida, saúde física e emocional, fortalecimento de vínculos e mitigação de riscos de segurança viária.	Próprio

Social | Programa > Voluntariado

Escopo do Programa	Recursos
O Programa Voluntariado da CART foi lançado em 2024, com o intuito de promover campanhas permanentes voltadas ao público interno, como estratégia de engajamento e impacto para mobilização social. A iniciativa está alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às premissas do ESG (*Environmental, Social* e *Governance*). • Campanha Adoção Responsável de PET; • Campanha Cabide Solidário; • Campanha de Doação de Sangue.	Próprio

2.10 Planos de negócios

Governança:

Ética e Compliance: intensificação de treinamentos presenciais, fortalecimento do Canal de Ética e revisão contínua dos controles internos para assegurar integridade e transparência.

Independência e transparência: declarações de independência para os auditores, comunicação formal com o Conselho de Administração sobre deficiências relevantes de controle e conformidade com padrões internacionais de auditoria.

A manutenção de ampla estrutura de seguros (Responsabilidade Civil, D&O, Seguro Garantia Judicial etc.) e a constituição de provisões rigorosas para demonstram excelência em gestão de riscos e compliance, assegurando sustentabilidade financeira e transparência no cumprimento das obrigações contratuais.

A CART SP é certificada na ISO 37001 – Sistemas de Gestão Antissuborno, desde 2022.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2. Comentário dos diretores

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

A Diretoria entende que não existem outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional além dos já comentados.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1 As projeções devem identificar

a. Objeto da projeção

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme facultado pela Resolução CVM nº 80. No exercício social encerrado em 31/12/2025, não foram divulgadas projeções.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme facultado pela Resolução CVM nº 80. No exercício social encerrado em 31/12/2025, não foram divulgadas projeções.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme facultado pela Resolução CVM nº 80. No exercício social encerrado em 31/12/2025, não foram divulgadas projeções.

Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme facultado pela Resolução CVM nº 80. No exercício social encerrado em 31/12/2025, não foram divulgadas projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3. Projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia não divulgou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

b. **Período quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

A Companhia não divulgou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

c. **Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia não divulgou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. Emissor

(i) A Companhia pode não conseguir executar integralmente a sua estratégia de negócio.

Investimentos nos valores mobiliários de emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia") implica, por natureza, a exposição a riscos inerentes.

Dessa forma, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores têm o dever de analisar rigorosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os fatores de risco detalhados e as demonstrações financeiras completas, juntamente com suas respectivas notas explicativas.

A CART celebrou contratos de financiamento que preveem a manutenção de determinados índices financeiros e o cumprimento de obrigações específicas. O eventual inadimplemento de quaisquer disposições desses contratos, caso não seja previamente sanado ou objeto de anuência pelos respectivos credores, poderá resultar em:

(i) Na declaração de vencimento antecipado do saldo devedor das obrigações envolvidas e/ou;

(ii) No vencimento antecipado de outras obrigações financeiras da Companhia, em razão de cláusulas de vencimento cruzado (*cross default*);

Adicionalmente, a escritura de emissão das debêntures da CART prevê limite mínimo de classificação de risco (*rating*) para fins de acionamento de cláusula de vencimento antecipado, estabelecido no nível "A-". Esse *covenant* possui *waiver* para que sua verificação passe a ser realizada somente a partir do primeiro trimestre de 2021.

A capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de negócios e alcançar o crescimento depende diretamente de sua habilidade em concretizar objetivos operacionais e financeiros específicos. Esses objetivos incluem:

Otimização Operacional: Maximizar as eficiências operacionais, buscando economias de escala e a terceirização estratégica de serviços.

Expansão de Receitas: Aumentar as receitas primárias provenientes das rodovias sob sua administração.

Diversificação: Maximizar o potencial de fontes alternativas de receitas.

Contudo, a Companhia não oferece garantia de que tais objetivos estratégicos serão integralmente realizados.

A implementação da estratégia de crescimento da Companhia exige investimentos significativos. Para financiar essa expansão, a Companhia poderá necessitar de recursos

4.1 Descrição dos fatores de risco

adicionais, seja por meio da emissão de novos títulos de dívida ou de financiamentos bancários. A obtenção desse capital está condicionada ao nível de endividamento atual da Companhia e às condições de mercado vigentes. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de tais recursos adicionais ou, caso estejam disponíveis, que serão em condições e montantes considerados satisfatórios.

A impossibilidade de acessar capital em condições adequadas e no volume necessário poderá restringir o crescimento e o desenvolvimento futuro das atividades, impactando de forma relevante e adversa os negócios, os resultados financeiro e operacional da Companhia.

A alocação de recursos é priorizada para o cumprimento das obrigações contratuais decorrentes da concessão onerosa do sistema rodoviário, abrangendo serviços de operação, conservação, manutenção e os investimentos obrigatórios ("Contrato de Concessão").

O foco nestas obrigações, que também incluem o pagamento de Outorga Fixa e Variável e Ônus de Fiscalização, pode acarretar uma menor disponibilidade de recursos para a estratégia de crescimento. O descumprimento de qualquer obrigação contratual pode gerar penalidades (advertência e multa) e, na hipótese mais severa, suscitar a instauração de processo de caducidade do Contrato de Concessão, o que teria um efeito adverso significativo sobre a situação financeira da Companhia.

A Companhia celebrou alguns contratos de financiamento que exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja anuído por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou no vencimento antecipado de outros contratos financeiros (“cross default”).

Em dezembro de 2025, a Agência de Risco Standard & Poor´s - S&P rebaixou o rating da Companhia em virtude da emissão da 4ª emissão de debêntures sênior secured no valor de R$1.2 bilhão. Na visão da S&P o rebaixamento dos ratings reflete métricas de crédito mais pressionadas após a recente emissão de debêntures, nesse contexto e como a Companhia realizou uma distribuição aos acionistas de R$1,0 bilhão, estima-se um aumento significativo da alavancagem, esse cenário vai em desencontro com as expectativas do cenário do ano anterior que indicava uma tendência de desalavancagem.

Os riscos descritos neste Formulário de Referência são, na data de sua elaboração, aqueles de conhecimento da Companhia e que se acredita terem potencial para afetá-la adversamente. Fica ressalvado que riscos adicionais, atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também poderão, no futuro, afetar adversamente a Companhia.

Para os fins desta seção de "Fatores de Risco", a menção de que um risco poderá causar "efeito adverso" ou "efeito negativo" significa que tal risco poderá gerar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou nos negócios futuros da Companhia, bem como na cotação de seus valores mobiliários. Todas as expressões similares devem ser interpretadas neste contexto.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(ii) O endividamento da Companhia pode afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como sua capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebrou.
Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia registrou dívida bruta de R$2.3 bilhões decorrente da terceira e quarta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações. O caixa consolidado da Companhia atingiu R$373 milhões, refletindo a manutenção de um nível adequado de liquidez para suportar as necessidades operacionais e financeiras da Companhia.

O nível de endividamento atual da Companhia e, especialmente, um **aumento em tal nível de endividamento**, pode afetar significativamente as operações futuras da Companhia, gerando os seguintes impactos:

- **Prejudicar** a sua capacidade de realizar o pagamento e cumprir outras obrigações relativas às dívidas vincendas.

- **Sujeitar** a Companhia às variações de taxas de juros e inflação, tais como Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- **Ocasionar** a redução da disponibilidade do seu fluxo de caixa para cobrir capital de giro, despesas de capital, aquisições e outras despesas corporativas, além de limitar a sua capacidade de obter financiamento adicional para estes fins.

- **Ocasionar** (a) uma limitação na flexibilidade de planejamento ou na capacidade de reação e (b) um aumento na vulnerabilidade em relação a mudanças nos negócios, no setor em que atua e na economia em geral.

- **Colocar** a Companhia em situação de desvantagem frente a seus concorrentes que estejam em situação de menor endividamento ou menor alavancagem.

Qualquer um dos fatores acima indicados pode afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebrou.

A capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações de pagamento e outras relativas aos contratos financeiros por ela celebrados depende da geração de um fluxo de caixa relevante no futuro. Esse fato está sujeito a fatores econômicos, financeiros, concorrenciais, legislativos e regulatórios em geral, bem como a outros fatores que vão além do controle da Companhia.

A Companhia não pode garantir que seus negócios irão gerar fluxo de caixa por meio de suas operações, ou que financiamentos adicionais estarão disponíveis, no âmbito das linhas de crédito existentes ou a serem contratadas, em valores que sejam suficientes para a Companhia cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebrou e celebrará e para arcar com outras necessidades de capital.

Caso a Companhia não seja capaz de gerar fluxo de caixa suficiente, poderá ser obrigada a refinanciar ou reestruturar seu endividamento, alienar ativos, reduzir ou postergar investimentos, ou, ainda, buscar outras formas de obter os recursos necessários. Caso a Companhia não consiga implementar uma ou mais destas alternativas, poderá não conseguir cumprir com suas obrigações financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iii) A Companhia pode não ser capaz de obter recursos suficientes, inclusive por meio de emissão de novos valores mobiliários, para executar integralmente a sua estratégia de crescimento, para suprir suas necessidades de capital de giro e/ou para o financiamento de suas atividades, o que poderá afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Caso os recursos financeiros e do mercado de capitais não sejam suficientes para atender à sua necessidade operacional, a Companhia poderá requerer créditos adicionais ou aumentar seu capital. Contudo, tais créditos podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não ser oferecidos em condições satisfatórias para a Companhia.

Financiamentos futuros, se disponíveis, poderão resultar em:

- **Aumento** do custo médio de seu endividamento;
- **Maior** alavancagem;
- **Menor** disponibilidade de recursos próprios para cumprir com os planos de maximização da capacidade da Companhia; e
- **Menor** disponibilidade de recursos para o pagamento de proventos aos seus acionistas.

Caso a Companhia não seja capaz de obter novos financiamentos ou de refinanciar suas dívidas quando necessário, ou, ainda, se a disponibilidade de crédito se der somente em termos desfavoráveis à Companhia, poderá se tornar um desafio satisfazer suas necessidades de capital de giro, cumprir suas obrigações financeiras e/ou aproveitar, de outro modo, oportunidades de negócios. Tais resultados podem impactar de forma relevante e adversa a Companhia, seus negócios e/ou seus resultados operacionais.

Além disso, a capacidade de implementar sua estratégia de negócio depende também da sua capacidade de geração de caixa operacional e da manutenção de uma estrutura de capital adequada ao seu negócio.

Cumpre salientar que o modelo de negócio da Companhia requer investimentos e financiamentos substanciais, os quais poderão ser obtidos, por exemplo, por meio da captação de linhas de crédito bancárias e/ou emissões de ações, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações. Em um cenário de deterioração de seus indicadores financeiros e/ou no caso da diminuição da oferta de crédito, influenciado pelas condições políticas, econômicas e de mercado do Brasil, a capacidade da Companhia em obter qualquer financiamento futuro necessário para capital de giro, dispêndios de capital e/ou pagamentos de principal e juros sobre o endividamento é limitada.

(iv) Riscos relacionados à terceirização de parcela das atividades-meio da Companhia podem afetar negativamente o fluxo de caixa e o resultado das operações da Companhia. A Companhia terceiriza parcela de suas atividades-meio. Assim, com relação aos empregados das empresas terceirizadas, a Companhia pode vir a ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente pela Justiça do Trabalho, no que se refere ao pagamento de eventuais débitos trabalhistas e previdenciários. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, os resultados da Companhia poderão ser impactados adversamente.

Além disso, em decorrência das recentes alterações na legislação trabalhista relativa à terceirização, a Companhia não pode prever como serão regulamentadas ou interpretadas pelo Poder Judiciário e autoridades competentes. Também são imprevisíveis os impactos

4.1 Descrição dos fatores de risco

que tais mudanças terão sobre o mercado de trabalho e a remuneração dos empregados terceirizados. Se, em decorrência dessa nova legislação, a terceirização das atividades se tornar mais restrita ou custosa, é possível que o seu acionista controlador ou a Companhia tenham que encontrar serviços alternativos de construção, operação e manutenção, o que pode afetar negativamente o fluxo de caixa e o resultado das operações da Companhia.

A Companhia pode, ainda, ser solidariamente responsabilizada por qualquer débito trabalhista ou previdenciário requerido judicialmente por empregados dos seus prestadores de serviços terceirizados, o que pode afetar, de forma relevante, os resultados operacionais da Companhia.

(v) Custos de construção e manutenção maiores do que os estimados podem afetar negativamente a condição financeira da Companhia.
A capacidade da Companhia de (i) concluir adequadamente as construções, reformas, expansões e futuros projetos exigidos pelo Contrato de Concessão e (ii) obter recursos suficientes para a manutenção e conservação das rodovias está sujeita a, dentre outros fatores, flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças no cenário econômico brasileiro e internacional, acesso a fontes de financiamentos, inadimplência de seus fornecedores de matéria-prima e serviços e interrupções resultantes de problemas técnicos imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos da Companhia e poderão afetar o fluxo de caixa, condição econômico-financeira e resultados operacionais da Companhia.

(vi) Bens reversíveis ao Poder Concedente ao final da concessão.
Parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à concessão objeto do Contrato de Concessão. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente ao final da respectiva concessão, nos termos da legislação em vigor. Essas limitações podem reduzir significativamente os valores disponíveis à Companhia, em caso de liquidação, além de ter um efeito negativo na capacidade da Companhia de oferecer garantias para a obtenção de financiamentos.

(vii) Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.
Ao longo de sua história, o Brasil experimentou altas taxas de inflação. Os reajustes anuais previstos nos contratos de concessão, em decorrência da taxa de inflação e revisões ordinárias e extraordinárias resultantes do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente, não sendo possível assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente no processo de aprovação do reajuste de tarifas solicitados pela Companhia.

Em caso de requisição judicial, o reajuste pode ocorrer após alguns dias da data base prevista contratualmente. O mecanismo de revisões ordinárias e extraordinárias, por sua vez, possui ineficiências que podem atrasar os resultados e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente no trâmite do processo administrativo. Portanto, se a inflação for elevada e o Poder Concedente não autorizar o reajuste da tarifa na mesma magnitude os resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa da Companhia poderão ser afetados adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(viii) As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros e perdas, em particular em casos que não sejam cobertos pelas, ou excedam as, apólices de seguros.
Determinados tipos de perdas não estão cobertos pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia, tais como atos de terrorismo, guerras, calamidade pública e desastres ambientais. Assim, se quaisquer desses eventos ou outras contingências, bem como outros que até a data deste formulário que não foram identificados vierem a ocorrer, os investimentos da Companhia podem ser adversamente afetados, obrigando-a a incorrer em custos adicionais.

Além disso, a ocorrência de acidentes pode gerar danos à imagem da Companhia, e sujeitá-la à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, em particular em casos que não sejam cobertos pelas apólices de seguros, inclusive por meio do pagamento de indenizações.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público, a Companhia pode responder como se o Estado fosse. Como a responsabilidade estatal pode ser considerada objetiva, ou seja, basta a comprovação entre o dano sofrido e o autor da ofensa, a Companhia poderá ser responsabilizada objetivamente por eventuais danos causados aos usuários sem que seja necessário que se prove que ela agiu dolosa ou culposamente, aumentando assim o risco de responsabilização.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de renovar suas apólices de seguro nas mesmas condições atualmente contratadas. Qualquer desses fatores pode ter um efeito adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(ix) Os controles internos da Companhia poderão não ser bem-sucedidos em sua função de prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações às leis ou às políticas internas da Companhia, inclusive relacionadas a compliance e a leis de anticorrupção.
A Companhia não pode garantir que conseguirá prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações à lei por qualquer funcionário da Companhia. Ainda, não garante que os processos de governança corporativa e gerenciamento de risco não sofrerão falhas. Portanto, se qualquer funcionário se envolver em práticas fraudulentas, corruptas ou injustas, ou mesmo em qualquer violação à lei, regulação ou política interna aplicáveis, inclusive relacionadas a compliance e a leis de anticorrupção, a Companhia pode vir a sofrer ações coercitivas ou ser responsabilizada pela violação às referidas leis, regulamentos ou políticas de controles internos, o que pode resultar em multas ou sanções e afetar negativamente a reputação, condições financeiras e os negócios da Companhia.

(x) A falta de proteção adequada contra riscos relacionados à cibersegurança pode afetar a Companhia substancial e negativamente.
A Companhia está sujeita a diversos riscos de cibersegurança, incluindo, entre outros: invasão de seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação por terceiros mal-intencionados, infiltração de malware (como vírus de computador) em seus sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem são trocados dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes e/ou informações de sua propriedade por pessoas dentro ou fora da Companhia e ataques cibernéticos que causam a degradação dos sistemas ou a indisponibilidade de serviços, o que pode resultar em perdas comerciais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nos últimos anos, sistemas de computação de companhias e organizações têm sido alvos não apenas de cibercriminosos, mas também de ativistas e Estados párias. A Companhia está, portanto, sujeitas a vários ataques cibernéticos, como *denial of service*, *malware* e *phishing*.

Ataques cibernéticos podem gerar perda de quantidades significativas de dados de clientes e de outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos (incluindo caixa). Além disso, ataques cibernéticos podem desativar os sistemas de tecnologia da informação da Companhia utilizados para o atendimento a seus clientes. À medida em que as tentativas de ataque continuam a evoluir em escopo e sofisticação, a Companhia poderá incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aprimorar suas medidas de proteção contra esses ataques, de investigar ou remediar qualquer vulnerabilidade ou consequente violação e de comunicar a seus clientes sobre ataques cibernéticos.

Além disso, a Companhia também poderá estar sujeita a ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas do Brasil. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia dependem dessa infraestrutura crítica e qualquer ataque cibernético contra essa infraestrutura crítica pode afetar negativamente a capacidade de atender os seus clientes.

Dessa forma, caso a Companhia não consiga gerenciar de maneira efetiva seus riscos de cibersegurança e qualquer dos fatores acima venha a ocorrer, os negócios, resultados, perspectivas e reputação da Companhia podem ser adversamente impactados, dando ensejo a, dentre outras possíveis implicações, pagamento de indenização aos clientes, penalidades e multas regulatórias e/ou perda de ativos.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota políticas e procedimentos de segurança da informação baseados em boas práticas de mercado, incluindo a realização periódica de testes de intrusão (pentests), avaliações de vulnerabilidade, monitoramento contínuo de sistemas críticos, controles de acesso, autenticação multifator, criptografia de dados e programas de conscientização para colaboradores, além de planos de resposta a incidentes e de recuperação de desastres. Apesar dessas medidas, não há garantia de que a Companhia esteja totalmente imune a ataques ou falhas de segurança, podendo eventos cibernéticos causar impactos adversos significativos.

(xi) Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais e redução das suas receitas.
A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões em que a Companhia atua, há riscos de deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, provocando a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em investimentos adicionais aos planejados, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia**.**

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, reduzindo, consequentemente, as suas receitas. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e dos serviços em virtude das condições naturais diferentes das existentes quando do início das respectivas concessões, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(xii) Parte significativa das nossas receitas é objeto de cessão fiduciária em garantia de nossas dívidas e podem ser transferidas aos nossos credores na hipótese de inadimplemento de obrigações assumidas por nós.
Como garantia do pagamento da emissão das debêntures da 3ª Emissão, no valor de R$ 1,05 bilhão, e da 4ª Emissão, realizada em 2025, no valor de R$ 1,2 bilhão, cedemos fiduciariamente a totalidade dos direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo todos os direitos creditórios. Na hipótese de inadimplemento das debêntures da 3ª Emissão ou da 4ª Emissão, esse Banco e/ou os debenturistas da 3ª e 4ª Emissões poderão executar as garantias cedidas fiduciariamente e, consequentemente, perderemos a propriedade plena e a posse direta de tais direitos creditórios, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados.

(xiii) Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos poderão afetar os negócios e resultados da Companhia.
A Companhia figura como parte em processos nas esferas judiciais e administrativas. As provisões constituídas, as garantias em juízo e os honorários incorridos em face aos custos e despesas relacionadas a decisões desfavoráveis nesses processos podem causar efeitos negativos sobre os resultados da Companhia, incluindo a possibilidade de ocorrência de penhora de seus ativos. Além disso, decisões judiciais e administrativas desfavoráveis podem gerar perdas para Companhia no que diz respeito à sua reputação e imagem e refletir de forma negativa em suas operações.

(xiv) A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de demanda (quantidade de veículos/eixos).
A receita da Companhia está diretamente vinculada ao volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs) — leves e pesados — e à frequência com que utilizam a rodovia. Eventuais reduções no fluxo de veículos podem decorrer de fatores macroeconômicos, tais como a retração da atividade econômica, queda nos níveis de renda e emprego, inflação, elevação das taxas de juros e dos preços dos combustíveis. Adicionalmente, o tráfego pode ser impactado por fatores competitivos e logísticos, incluindo a concorrência com novos modais (ferrovias), a abertura de rodovias e rotas alternativas, ou a ocorrência de rotas de fuga de pedágios.

b. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

(i) Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem divergir dos interesses dos seus investidores
Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, impostas pelo Estatuto Social da Companhia e pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Dessa divergência entre os interesses dos investidores e dos acionistas controladores, poderá ser afetada, dentre outros, a rentabilidade de valores mobiliários da Companhia.

(ii) Se for executado o penhor sobre as ações de nossa emissão, deixaremos de ser controlados pelo Grupo CART, o que pode afetar-nos adversamente.
Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de alguma das nossas debêntures, conforme o caso, os credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas, resultando na transferência de tais ações aos debenturistas e/ou a

4.1 Descrição dos fatores de risco

terceiros por eles indicados, em qualquer caso, mediante prévia anuência da ARTESP, o que ocasionará a consequente mudança do nosso controle acionário, que, por sua vez, poderá afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais.

c. Suas controladas e coligadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui controladas ou coligadas.

d. Seus administradores

(i) A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e/ou manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados por sua administração. Nenhuma dessas pessoas está vinculada por um contrato de trabalho de longo prazo ou obrigação de não concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e/ou manter pessoal qualificado para integrar sua administração e acompanhar seu ritmo de crescimento. A perda de membros de sua administração ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

e. Seus fornecedores

(i) A revogação ou cancelamento dos contratos com terceirizados, bem como a incapacidade da Companhia em renovar ou negociar novos contratos poderá afetar o desempenho financeiro da Companhia, assim como a negligência ou ato ilícito praticado por um prestador terceirizado poderá expor a Companhia.

A Companhia firma contratos com terceirizados para a prestação de diversos serviços, tais como, execução de obras, conservação e manutenção, atendimento aos usuários, entre outros, que são fundamentais para o cumprimento das obrigações por ela assumidas no âmbito do Contrato de Concessão. A revogação ou cancelamento desses contratos, bem como a incapacidade da Companhia em renovar ou negociar novos contratos a valores dentro de um preço de mercado em linha com os anteriormente acordados, poderá afetar o desempenho financeiro da Companhia.

Além disso, a negligência ou ato ilícito praticado por um prestador terceirizado poderá expor a Companhia com relação a danos de segurança, meio ambiente, usuários das rodovias, colaboradores e a sociedade em geral, bem como resultar em descumprimento de requisitos regulatórios que possam comprometer a imagem da Companhia.

Podemos, ainda, responder solidária ou subsidiariamente por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de trabalho conosco. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá afetar a qualidade e continuidade dos nossos negócios e impactar adversamente os nossos resultados.

f. Seus clientes

(i) A Companhia está sujeita à ocorrência de acidentes de infraestrutura e/ou com ativos no âmbito de sua operação.

A Companhia possui ativos de Infraestrutura que demandam manutenção periódica e monitoramento constante. Eventuais falhas, tais como: rupturas de barreiras de contenção, falhas no sistema de drenagem, falhas operacionais, bem como, interferências externas -

4.1 Descrição dos fatores de risco

eventos climáticos e rompimento de barragens - podem gerar acidentes que afetem a Segurança de seus usuários e colaboradores ou danos a propriedade de terceiros. A ocorrência destes impactos pode gerar sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados.

(ii) A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.
Antes da implantação dos programas de concessão de rodovias no Brasil, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente, mas não se limitando, dos caminhoneiros, que podem organizar protestos e bloquear estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio. Com isso, a demanda de tráfego pode ser afetada pela mudança no cenário econômico, político ou, ainda, por outros modais de transporte. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelos contratos de concessão, esses protestos podem afetar as decisões do Poder Concedente no tocante às tarifas de pedágio da Companhia, bem como reduzir a receita ao dispersar o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

g. Setores da economia nos quais o emissor atue

(i) As atividades da Companhia estão concentradas na operação de rodovia localizada no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental de infraestrutura de rodovias no Brasil ou no Estado de São Paulo poderão ter efeitos significativos sobre a Companhia.
A Companhia foi constituída para a celebração e execução do Contrato de Concessão. A Concessão fica localizada no Estado de São Paulo e o Contrato de Concessão relacionado foi celebrado com o governo do Estado de São Paulo, cabendo à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas.

Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, o seu resultado operacional. A Companhia não pode assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais tampouco que eventuais compensações devidas a título de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão serão tempestivamente realizadas.

É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia. Além disso, ao Poder Concedente é conferida ampla discricionariedade, com a qual podem determinar, inclusive, que as tarifas cobradas sejam reduzidas e/ou os investimentos que devem ser feitos sejam incrementados.

(ii) Os negócios, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se efetivem tempestivamente, impactando o fluxo de caixa.
Os reajustes periódicos, previstos no Contrato de Concessão para compensar os efeitos da inflação estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os demais ajustes, ou seja, aqueles não decorrentes dos efeitos da inflação, são feitos sempre com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão, conforme previsto na legislação aplicável e no Contrato de Concessão, sendo que sua aplicação está diretamente relacionada à interpretação da matriz de riscos contratual que especifica os casos que são ou não imputáveis à Companhia ao longo da execução contratual.

Tais ajustes podem resultar, segundo os termos da legislação e do Contrato de Concessão, na compensação por meio da prorrogação ou redução do prazo da Concessão, revisão do valor da tarifa quilométrica, alteração do plano original de investimentos ou do plano de investimentos vigente, revisão dos valores da outorga fixa ou variável, dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais, assunção de custos pelo Poder Concedente de custos atribuídos pelo Contrato de Concessão ao Concessionário, exploração de receitas acessórias para além do prazo de vigência do Contrato de Concessão e/ou alteração nos padrões de compartilhamento de receitas acessórias ou a combinação dos referidos mecanismos compensação para acomodar as alterações imprevistas supervenientes às assinaturas do Contrato de Concessão que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão.

(iii) A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.
Em caso de declaração de caducidade ou falência da Companhia ou, ainda de encampação da concessão, conforme previsto abaixo, a concessão da Companhia está sujeita à rescisão unilateral antecipada, e, nesse caso, os ativos sujeitos às respectivas concessões serão revertidos ao Poder Concedente.

Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade ou falência da Companhia, hipóteses de extinção do contrato por irregularidades praticadas pela concessionária, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, será limitada ao valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, podendo o valor ser reduzido a até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades.

O Poder Concedente pode, ainda, rescindir unilateralmente o Contrato de Concessão por encampação da concessão, hipótese de rescisão que independe de qualquer conduta da Companhia e pautada unicamente em razões de interesse público. Nos termos contratuais, em caso de encampação, o Poder Concedente é contratualmente obrigado a indenizar a Companhia pelos investimentos não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados pela Companhia, por encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, e lucros cessantes. Ainda assim, embora a indenização deva ser prévia, o cálculo do montante da indenização devido pode ensejar discussões e demandar tempo até o pagamento ser efetivamente realizado.

(iv) A eventual extinção da concessão, em virtude de caducidade, pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.
Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à decretação de caducidade da concessão da qual é parte, podendo esta ser extinta, após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência, por decretos do Poder Concedente. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados

4.1 Descrição dos fatores de risco

a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ademais, o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará ao Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, os credores receberão o pagamento dos direitos emergentes da concessão.

Sendo assim, a eventual extinção da concessão, em virtude de caducidade, pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

(v) O aumento da concorrência poderia reduzir as receitas da Companhia.
Atualmente, as principais concorrentes da Companhia são as rodovias sob administração direta do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais que não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam o tráfego das rodovias que são operadas pela Companhia. Conforme o programa de concessão de estradas avança, a Companhia está sujeita ao aumento de competição. O aumento na concorrência ou a melhoria patrocinada pelo Governo Federal e por governos estaduais e municipais de outras rodovias existentes poderia reduzir o tráfego nas rodovias que são operadas pela Companhia e, portanto, impactar adversamente suas receitas.

Além disso, com os investimentos para melhoria do sistema de transporte público, a Companhia está sujeita ao crescimento da competição de outras formas de transporte público, como, por exemplo, ônibus e trens. O aumento da competitividade e a melhoria do sistema de transporte público e das estradas por meio de subsídio dos governos podem reduzir o tráfego nas vias pedagiadas administradas pela Companhia, reduzindo as suas receitas e, consequentemente, impactando adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

(vi) O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão da Companhia. Assim, a Companhia está sujeita a aumentos não previstos nos seus custos ou decréscimos não previstos nas suas receitas.
A Companhia obtém quase a totalidade de sua receita da cobrança de tarifa de pedágio, de acordo com os termos do Contrato de Concessão, o qual consiste em um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras.

Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão e as tarifas que a Companhia pode cobrar, limitada apenas à garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado.

Se os custos da Companhia aumentarem ou suas receitas diminuírem significativamente ou tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos de concessão, ou ainda como resultado de medidas unilaterais do Poder Concedente, e caso as medidas unilaterais ou as alterações legislativas não sejam reconhecidas como riscos alocados ao Poder Concedente para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Para mitigar esses riscos, a CART busca manter um diálogo contínuo com as autoridades e monitora o ambiente regulatório para antecipar mudanças. A Companhia também atua para garantir que seus direitos contratuais sejam respeitados, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(vii) Bens reversíveis ao Poder Concedente ao final da concessão.
Parte significativa dos bens da CART está vinculada à concessão objeto do Contrato de Concessão. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente ao final da respectiva concessão, nos termos da legislação em vigor. Essas limitações podem reduzir significativamente os valores disponíveis à CART em caso de liquidação, além de ter um efeito negativo na capacidade da CART de oferecer garantias para a obtenção de financiamentos.

h. Regulação dos setores em que o emissor atue

(i) A Companhia atua em um ambiente altamente regulamentado e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente por ações governamentais.
As principais atividades comerciais da Companhia (operação, manutenção e melhoria de rodovias) são classificadas como um serviço público e, portanto, estão sujeitas a diversas regulamentações. A estratégia de condução das atividades pela Companhia pode ser afetada de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais se pode citar:

- discricionariedade do Poder Concedente no processo de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão;
- atraso na implementação de reajustes anuais de tarifas;
- descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão estadual; e
- alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia;

A Companhia não pode prever as ações que serão tomadas pelo Governo no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os seus resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

(ii) A regulamentação governamental afeta as operações da Companhia e pode aumentar o custo do negócio, restringir suas operações e resultar em atrasos operacionais.
A Companhia está sujeita às leis e normas que regem a relação de trabalho, saúde e a segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas, importações, exportações, impostos e outras questões.

É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia e que estas alterações sejam consideradas como meramente procedimentais e que sejam negados o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que poderá ter impacto negativo significativo sobre os negócios, os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado, não sendo possível assegurar que qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessário será obtido e, quando obtido, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças necessários podem interromper ou atrasar significativamente ou até restringir algumas as operações da Companhia.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações, ou em multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os negócios, os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

(iii) Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia

Mudanças na legislação tributária brasileira podem elevar a carga fiscal da Companhia e dos usuários de seus serviços. Essas alterações incluem ajustes em alíquotas aplicáveis e a imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados para fins determinados pelo Governo Federal.

Os efeitos de eventuais reformas fiscais e de outras alterações legislativas adicionais não podem ser quantificados ou previstos com exatidão. Tais medidas podem aumentar as obrigações tributárias totais da Companhia e, caso esses custos adicionais não sejam repassados às tarifas cobradas, seus resultados operacionais e sua condição econômico-financeira poderão ser afetados adversamente.

Em contrapartida, o contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro para os casos em que alterações unilaterais afetem significativamente os custos e receitas do negócio. Desse modo, na ocorrência de eventos que provoquem o desequilíbrio contratual, a Companhia está respaldada a pleitear, junto ao órgão regulador, as revisões necessárias para garantir a viabilidade da concessão.

i. Países estrangeiros onde o emissor atue

(i) Possíveis impactos negativos do cenário político e macroeconômico mundial na Companhia

Embora a Companhia atue somente no território nacional, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. O comportamento dos investidores frente aos acontecimentos e a eventuais crises em países emergentes pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras.

Ademais, crises nas políticas econômicas dos Estados Unidos e de países da União Europeia poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Essa situação pode dificultar a captação de recursos pela Companhia por meio do mercado de capitais e a outras formas de financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis ou absolutos, afetando adversamente os negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

j. Questões sociais

(i) Riscos relacionados a movimentos sociais, greves e paralisações
A Companhia está sujeita a interrupções causadas por protestos e bloqueios promovidos por movimentos sociais, que podem resultar em redução do tráfego nas concessões rodoviárias, impactando negativamente a receita e exigindo a ativação de planos de contingência com custos adicionais.

Um exemplo recente ocorreu em março de 2025, quando o povo indígena Munduruku bloqueou a BR-163 por vários dias em protesto contra a Lei nº 14.701, restringindo o fluxo no principal corredor logístico da região e expondo a operação a riscos à segurança de usuários, colaboradores e comunidades vizinhas. É possível que ativos da Companhia sejam alvo de ocupações ou obstruções semelhantes, com reflexos adversos sobre resultados operacionais, reputação e geração de caixa.

(ii) Risco de segurança, violência e atos ilícitos
As atividades da Companhia também estão expostas a riscos de segurança, incluindo assaltos, sequestros, roubo de equipamentos, vandalismo ou mesmo ameaças de natureza criminosa ou terrorista em suas rodovias e instalações.

A ocorrência de tais eventos pode comprometer a integridade de usuários, colaboradores e comunidades vizinhas, além de causar danos à infraestrutura das concessões. Situações dessa natureza podem acarretar custos adicionais, afetar adversamente a continuidade das operações e prejudicar a imagem e a reputação da Companhia, com reflexos negativos em seus resultados.

k. questões ambientais

(i) A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.
As operações da Companhia estão sujeitas à extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas.

A aprovação de leis e regulamentos ambientais mais rigorosos pode forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, incrementar o valor dos investimentos já planejados. Essas alterações podem ter efeito adverso relevante sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Tais sanções podem incluir a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia.

Atrasos ou indeferimentos por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais e administrativas, sem prejuízo da obrigação, na esfera civil, de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

responsáveis, perda ou restrição de incentivos fiscais, o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, inviabilizar suas captações de recursos junto ao mercado financeiro.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

(i) Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais e redução das suas receitas.
A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões em que a Companhia atua, há riscos de deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, provocando a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em investimentos adicionais aos planejados, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, reduzindo, consequentemente, as suas receitas. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e dos serviços em virtude das condições naturais diferentes das existentes quando do início das respectivas concessões, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

(ii) Algumas rodovias administradas pela Companhia estão localizadas em regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos
Algumas das áreas onde estão localizadas as rodovias administradas pela Companhia estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em aumento de custos da Companhia e diminuição de suas receitas, o que pode afetar adversamente os seus resultados operacionais.

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

(i) Influência governamental e instabilidade de políticas econômicas
O Governo Federal possui histórico de exercer forte influência sobre a economia brasileira por meio da implementação de políticas fiscais, monetárias, cambiais e regulatórias. Alterações nessas políticas, incluindo mudanças em taxas de juros, regimes tributários, controle de preços, regras de crédito, restrições às importações e movimentações de capital, podem afetar adversamente a Companhia.

A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais, bem como o preço de mercado das ações de sua emissão poderão ser adversamente afetados por modificações nas políticas.

(ii) A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia, além do preço de suas ações.
O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas constantemente afetaram a confiança dos investidores e do público em geral frente a economia brasileira, o que desestabiliza e resulta na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários

4.1 Descrição dos fatores de risco

emitidos por companhias brasileiras. A instabilidade política brasileira, a capacidade do atual governo de implementar políticas e reformas, bem como a percepção externa em relação à economia e ao ambiente político brasileiro, trazem incertezas que podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros, podendo ter um impacto negativo nos negócios da Companhia e no preço de seus valores mobiliários.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Risco	*Risco Específico*	*Impacto Potencial*	*Área de Mitigação*
Contratuais	Alteração unilateral das condições contratuais pelo poder concedente.	Desequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato e incerteza regulatória.	Jurídica e Regulamentação
Operacionais	Ineficiência na Gestão de contratos e fornecedores.	Atrasos e Aumento de Custos nos projetos, falha na qualidade da entrega.	Processos e Tecnologia (Implementação de um sistema de GRC)
Climáticos	Ocorrência de mudanças relevantes no clima (inundações, erosões).	Danos à Infraestrutura, interrupção operacional e aumento dos custos de manutenção.	Engenharia e Planejamento (Resiliência da Infraestrutura)
Financeiros	Falha na entrega das intervenções e melhorias dentro do prazo do cronograma físico-financeiro.	Perda de Receita (por não atingir marcos), multa e desiquilíbrio econômico-financeiro.	Gestão de Projetos e Controle de Orçamento
Tributários	Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais ou diferentes interpretações da lei.	Aumento inesperado da Carga Tributária e riscos de autuações fiscais.	Auditoria e Consultoria Fiscal

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4. Fatores de Risco

4.3 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está sujeita a riscos de mercado inerentes às suas atividades, decorrentes da volatilidade de indicadores econômicos como inflação, taxas de juros e câmbio. Tais variações podem impactar, direta ou indiretamente, os resultados operacionais e financeiros, bem como a capacidade de captação de recursos para o financiamento de suas operações. Apresentamos, a seguir, os principais fatores de risco monitorados, ressaltando que esta listagem possui caráter exemplificativo e não exaure todas as hipóteses que possam afetar o desempenho da Companhia.

(i) Riscos de taxa de juros e inflação.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

Futuras intervenções do Governo Federal, como redução das taxas de juros, interferência no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear o aumento da inflação e levar a políticas anti-inflacionárias que poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Risco relacionado aos reajustes nas tarifas previstas nos contratos de concessão: O contrato de concessão da Companhia prevê reajustes periódicos nas tarifas cobradas. Esses reajustes estão atrelados às variações acumuladas de índices de inflação. Logo, na ocorrência de oscilações para baixo, a Companhia poderá sofrer redução nas tarifas cobradas e, consequentemente, na receita operacional auferida.

Risco de aumento nos preços de produtos, insumos e serviços: Oscilações para cima nos índices de inflação poderão incorrer em maiores custos e despesas com materiais e serviços necessários para a continuidade e manutenção das operações e negócios.

Risco relacionado à rentabilidade das aplicações financeiras: A maior parte das aplicações financeiras da Companhia é remunerada pela variação do CDI. Logo, uma redução nesta taxa poderá reduzir as receitas financeiras da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário Provável	
Risco redução	31.12.2025	31.12.2024
DI Ativo (% a.a)[1]	12,15%	14,65%
DI Passivo (% a.a)[1]	12,15%	14,65%
IPCA Ativo (% a.a)[1]	4,05%	4,72%
IPCA Passivo (% a.a)[1]	4,05%	4,72%

Instrumentos	Exposição em 31.12.2025			Cenário Provável
Ativos Financeiros	31/12/2025	Risco	%	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	373.010	CDI	12,15%	45.321
Aplicações financeiras vinculadas	51.025	CDI	12,15%	6.200
Debêntures	1.013.677	IPCA	4,05%	41.054
Total	**1.437.712**			**92.574**
Passivos Financeiros				
Debêntures	2.347.735	IPCA	4,05%	95.083
Total	**2.347.735**			**95.083**
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**(910.023)**			**(2.508)**

Instrumentos	Exposição em 31.12.2024			Cenário Provável
Ativos Financeiros		Risco	%	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	87.663	CDI	14,65%	12.843
Aplicações financeiras vinculadas	9.984	CDI	14,65%	1.463
Total	**97.647**			**14.305**
Passivos Financeiros				
Debêntures	1.157.766	IPCA	4,72%	54.647
Total	**1.157.766**			**54.647**
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**(1.060.119)**			**(40.341)**

[1]Os indicadores utilizados para 2025 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2025

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

(ii) Risco de crédito.

Decorre da possibilidade da Companhia, e suas controladoras em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

O risco de crédito da Companhia existe dada a possibilidade de ela ou suas controladoras sofrer perdas decorrentes de contrapartes, tais como bancos onde são aplicados os recursos a receber, seguradoras com indenizações a serem pagas e clientes com os quais a Companhia possui contratos de receita acessória.

A Companhia realiza avaliação da situação econômico-financeira das instituições financeiras que possui relacionamento. Além disso, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia investe em certificados de depósitos bancários (CDBs) de bancos de primeira linha e fundos de investimento de baixo risco, com liquidez diária. A Companhia procura manter contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito, de modo que seja reduzida a exposição ao risco de concentração de crédito.

(iii) Risco de liquidez.

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

31 de dezembro de 2025	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 ano
Debêntures	2.347.735	2.736.514	273.652	2.462.862
Fornecedores	23.328	23.328	23.328	-
Partes relacionadas	1.272	1.272	1.272	-
Credor pela concessão	2.113	2.113	2.113	-
Passivo de arrendamento	20.247	30.651	8.382	22.269
Outras contas a pagar	1.178	1.178	1.178	-
Total	**2.395.873**	**2.795.056**	**309.925**	**2.485.131**

A abordagem de gestão de risco da Companhia visa assegurar, na máxima extensão possível, que haverá liquidez suficiente para honrar as obrigações nos seus respectivos vencimentos, tanto em condições operacionais normais quanto em cenários de estresse, prevenindo perdas ou o risco de dano à reputação da Companhia ou de suas controladoras.

A Companhia mitiga o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, isso é realizado através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados e realizados, e pela correta combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os indicadores de liquidez da companhia apresentam índices positivos que corroboram com a estratégia aplicada.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

(iv) Riscos relacionados à legislação tributária

Mudanças na legislação tributária brasileira podem aumentar a carga tributária da Companhia e dos usuários de serviços prestados pela Companhia. Essas alterações incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal.

Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia e, na hipótese de não serem os custos adicionais repassados às tarifas cobradas pela Companhia, os resultados operacionais da Companhia e sua condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

(v) Riscos relacionados aos mercados estrangeiros

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. O comportamento dos investidores frente aos acontecimentos e a eventuais crises em países emergentes pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras.

Ademais, crises nas políticas econômicas dos Estados Unidos e de países da União Europeia poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Essa situação pode dificultar a captação de recursos pela Companhia por meio do mercado de capitais e as outras formas de financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos, afetando adversamente os negócios da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Nº PROCESSO	**1008149-02.2015.8.26.0047**
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	3ª Vara Cível da Comarca de Assis
B. INSTÂNCIA	Superior
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	01/12/2015
D. PARTES DO PROCESSO[1]	MP - SP X Concessionária Auto Raposo Tavares - CART
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	R$ 29.318.546,58
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	ACP ajuizada pelo Ministério Público contra a CART para apurar riscos de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o encaminhamento de animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares entre Assis e Ourinhos. Tutela antecipada indeferida em 22.02.2016. Sentença parcialmente procedente em 29.05.2018. Apelação da CART provida integralmente, por maioria, em 16.07.2020. Em 17.06.2021, o MPSP interpôs REsp e RE, inadmitidos em 30.09.2021 (art. 1.030, V, CPC). Em 20.10.2021, o MPSP interpôs agravos contra a decisão denegatória. Em 27.10.2025, foi negado provimento ao agravo interno. A CART opôs embargos de declaração em 06.11.2025, alegando omissão quanto à ausência de impugnação específica de fundamentos da inadmissão e à reprodução do REsp no AREsp, os quais foram rejeitados. REsp pautado para julgamento pela Primeira Turma do STJ em 19.05.2026, às 14h.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Cumprimento Provisório de Sentença de nº. 0007294-35.2018.8.26.0047. Suspenso em razão da concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto pela CART.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Aguardando julgamento do Recurso Especial interposto pelo MPSP.
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Possível
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Os custos relacionados à implementação das obras necessárias para travessia de fauna já foram integralmente realizados, permanecendo pendente apenas o julgamento quanto à eventual indenização por danos ambientais.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	R$ 2.625.093,55

[1] *Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.*

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	1000734-22.2015.8.26.0417
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	2ª Vara Cível de Paraguaçu Paulista
B. INSTÂNCIA	1ª Instância
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	01/11/2015
D. PARTES DO PROCESSO[1]	A. C. R. de O. X Concessionária Auto Raposo Tavares – CART e outros
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	R$ 2.033228,47
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Trata-se de Ação de Indenização Danos Materiais e Morais, com Pedido de Antecipação da Tutela. Alega o autor que houve colisão frontal de seu veículo com uma carreta, no km 454+900 da SP-270, em 19/07/2013. Os pedidos são: (i) indenização por lucros cessantes no valor de R$ 20.488,00; (ii) indenização por danos morais no valor de R$ 788.000,00; (iii) indenização por danos estéticos no valor de R$ 788.000,00. Contestações apresentadas, aguardando agendamento de perícia pelo IMESC para constatar a existência e extensão dos danos suportados pela parte requerente.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Decisão saneadora fixando como pontos controvertidos: a) existência e extensão dos danos suportados pela parte requerente; b) a responsabilidade de cada uma das requeridas pelo acidente e eventuais danos; (c) a existência de cobertura securitária pelas seguradoras litisdenunciadas.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Aguardando realização de perícia pelo IMESC para constatar a existência e extensão dos danos suportados pela parte requerente.
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Possível
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Eventual responsabilização pelo acidente e pagamento de lucros cessantes, danos materiais, morais e estéticos.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	R$ 2.033228,47

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	1120961-85.2016.8.26.0100
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	15ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo
B. INSTÂNCIA	1ª Instância
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	04/11/2016
D. PARTES DO PROCESSO[1]	Rivabem Construtora Ltda X Concessionária Auto Raposo Tavares – CART
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	R$ 3.344.845,28
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Em 04.11.2016, a Rivabem ajuizou ação de cobrança contra a CART, fundada em contrato turn-key para implantação de dutos e lançamento de cabos de fibra óptica no Corredor Raposo Tavares, pleiteando R$ 1.775.697,39 por supostos serviços adicionais decorrentes de super/subdimensionamento do projeto. Em 08.06.2017, a CART apresentou contestação e reconvenção, requerendo R$ 2.090.843,73 por alegado descumprimento contratual. A instrução concentrou-se na perícia técnica, com laudo inicial juntado em 20.02.2023 e sucessivas impugnações, esclarecimentos e documentos complementares entre 2023 e 2025. Em 18.12.2025, foi homologado o laudo pericial e encerrada a instrução processual. Em 11.02.2026, a CART apresentou alegações finais. Os autos ficaram conclusos para decisão em 14.02.2026 e, posteriormente, para julgamento em 05.05.2026.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Aguardando sentença.
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Possível
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Eventual condenação por descumprimento contratual.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	R$ 3.344.845,28

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	**0011141-95.2020.5.15.0026**
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	1ª Vara do Trabalho de Assis
B. INSTÂNCIA	Cumprimento de sentença
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	10/09/2020
D. PARTES DO PROCESSO[1]	L. de C. L. X BC2 e Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A.
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	R$ 2.278.724,80
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado da BC2 Construtora Ltda., operador de roçadeira I, pleiteando, entre outros pedidos, responsabilidade subsidiária da CART, adicional de insalubridade, verbas rescisórias, reconhecimento de acidente de trabalho e indenizações por danos morais e materiais. A CART apresentou contestação. Em 12.08.2021, foi determinada perícia médica, cujo laudo divulgado em 30.08.2021 concluiu pela exposição a agentes nocivos, reconhecendo insalubridade em grau médio. O laudo foi impugnado pela CART e pela BC2. A sentença julgou parcialmente procedente a ação, condenando a BC2 e a CART, subsidiariamente, ao pagamento de adicional de insalubridade e reflexos, indenizações por danos morais e multa normativa. Recursos ordinários interpostos pela CART e pela BC2 foram desprovidos, com início da fase de execução. Em 03.09.2025, a BC2 opôs embargos à execução, julgados improcedentes por sentença proferida em 31.03.2026.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	10 de abril de 2023: Sentença parcialmente procedente, condenando BC2 construtora e CART, subsidiariamente a ao pagamento de: (i) adicional de insalubridade e reflexos; (ii) indenização por danos morais pelo acidente (R$ 3.000,00); (iii) indenização por danos morais por falta de higiene (R$ 2.000,00); e (iv) multa normativa. 11 junho 2024: julgamento do recurso ordinário majorando a indenização por condições inadequadas das instalações sanitárias, arbitrando em R$ 3.500,00. 31 de março de 2026 proferida sentença julgando improcedente os embargos à execução opostos pela BC2 CONSTRUTORA LTDA.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Aguardando pagamento da condenação pela BC2 CONSTRUTORA LTDA.
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remoto
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Eventual pagamento da condenação em caso não quitação pela BC2 CONSTRUTORA LTDA, na medida que a CART foi condenada subsidiariamente.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	R$ 2.278.724,80

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	1001088-12.2023.8.26.0047
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	3ª Vara
B. INSTÂNCIA	2ª Instância
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	16/02/2023
D. PARTES DO PROCESSO[1]	E. M. M. e outra x Concessionária Auto Raposo Tavares – CART e outros
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	R$ 2.576.947,95
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Ação de indenização por danos morais, materiais e pensão vitalícia decorrente de acidente automobilístico com resultado morte ocorrido em 12/08/2022, na Rodovia SP-225, em Espírito Santo do Turvo/SP. As autoras, filhas da vítima fatal, alegam que o requerido perdeu o controle do veículo durante ultrapassagem em alta velocidade, invadindo a pista contrária e colidindo frontalmente com a caminhonete conduzida pela vítima, que faleceu no local. Houve apresentação de contestação pela CART. Em 17/02/2025, foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos em relação aos demais réus e à litisdenunciada Liberty, sendo os pedidos em face da CART julgados improcedentes. Em 04/12/2025, o Tribunal negou provimento aos recursos, mantendo a improcedência em relação à CART e afastando definitivamente sua responsabilidade. Atualmente, o processo aguarda julgamento de embargos de declaração opostos pelos requeridos, sob alegação de cerceamento de defesa.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	17.02.2025: Sentença improcedente quanto aos pedidos formulados em relação à corré CART. 04.12.2025: Julgamento de Recurso de Apelação confirmando a improcedência do pedido em relação à CART, afastando deforma definitiva sua responsabilidade.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Aguarda julgamento de Embargos de Declaração oposto pelos requeridos Maurício De Paula Camargo e Marcelle Camargo Orsi que alegaram nulidade processual por cerceamento de defesa
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remoto
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Possível responsabilização subsidiaria da CART pelo acidente automobilístico.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	R$ 2.576.947,95

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	1001792-71.2023.8.26.0452
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	1ª Vara Única
B. INSTÂNCIA	1ª Instância
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	03/05/2023
D. PARTES DO PROCESSO[1]	L. R. N. V. x Município de Manduri, DER e Concessionária Auto Raposo Tavares – CART
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	R$ 1.877.629,59
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Ação ordinária de reparação de danos morais, estéticos, corporais e materiais decorrente de acidente automobilístico envolvendo veículo da Prefeitura Municipal de Manduri/SP, que transportava pacientes para tratamento médico em Bauru/SP. O veículo colidiu na traseira de caminhão na Rodovia SP-225, resultando em quatro óbitos e graves lesões ao autor. As requeridas apresentaram contestação. Em 30/11/2023, foi proferida decisão saneadora afastando a preliminar de ilegitimidade passiva da CART e deferindo a produção de prova pericial para apuração do grau de incapacidade do autor. Atualmente, o processo aguarda designação de perícia pelo IMESC.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	30.11.2023: decisão saneadora deferindo produção de prova pericial e afastando preliminar de ilegitimidade da CART para figurar no polo passivo da ação.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Aguardando a designação de perícia pelo IMESC.
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Possível
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Possível responsabilização subsidiaria da CART.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	R$ 1.877.629,59

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	1000925-60.2023.8.26.0458
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	1ª Vara Única
B. INSTÂNCIA	02ª Instância
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	14/10/2023
D. PARTES DO PROCESSO[1]	G. C. E. R. F. X Município de Manduri, DER e Concessionária Auto Raposo Tavares – CART
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	R$ 3.960.000,00
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Ação de indenização por danos morais decorrente de acidente automobilístico envolvendo veículo da Prefeitura Municipal de Manduri/SP, que transportava pacientes para tratamento médico em Bauru/SP. O veículo colidiu na traseira de caminhão na Rodovia SP-225, resultando em quatro óbitos. Em primeira instância, o Município de Manduri foi condenado ao pagamento de R$ 350.000,00 por danos morais, com improcedência em relação à CART e ao DER. Em grau de apelação, o Tribunal, em 14.04.2026, deu parcial provimento ao recurso dos autores para condenar solidariamente o Município de Manduri e a CART ao pagamento de R$ 250.000,00 para cada um dos apelantes e R$ 300.000,00 para outro apelante.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	18/06/2025: Proferida sentença de improcedência dos pedidos em relação à CART e ao DER. 14/04/2026: O Tribunal deu parcial provimento ao recurso de apelação para reformar a sentença e condenar solidariamente o Município de Manduri e a CART ao pagamento de indenização por danos morais, fixada em R$ 250.000,00 para cada apelante e R$ 300.000,00 para outro apelante.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Prazo para Interposição de Recurso.
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Possível
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Condenação solidária.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	R$ 5.774.162,17

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Segundo os critérios utilizados pela Companhia, nos processos não sigilosos relevantes foram provisionados os seguintes valores:

Valor total provisionado atualizado é de aproximadamente R$ 55.047 (Cinquenta e cinco milhões e quarenta e sete mil) data base: 31/12/2025.

Contingências	Prognóstico	31.12.2025	%
Trabalhista[a]	Provável	2.115	3,8%
Cíveis[b]	Provável	52.661	95,7%
Ambiental	Provável	271	0,5%
Total		**55.047**	**100,0%**

[a]A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

[b]Risco Cíveis e Ambientais: Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.6 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Procedimento Arbitral: A Companhia figurou como parte em procedimento arbitral nº 110/2022/SEC8. O qual tramitou sob sigilo perante a Câmara de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM CCBC), acionado pela Investimentos e Participações S.A. (“INVEPAR”) ex-controladora da Companhia à época dos fatos. A sentença arbitral reconheceu o direito da CART à manutenção da retenção de Earn Out previsto em Sales Purchase Agreement “(SPA”) celebrado em abril de 2020, firmando entre o atual acionista controlador e a INVEPAR.

Adicionalmente, a Companhia figurou como parte em procedimento arbitral instaurado em 24 de fevereiro de 2017, no qual a Metha S.A. – Em Recuperação Judicial (“METHA”) é a contraparte, tendo por objeto controvérsias oriundas de contrato de execução de obras civis celebrado entre as partes em período anterior à aquisição da Companhia pelo seu atual acionista controlador.

Após a regular instrução do procedimento arbitral, com produção de provas documentais, periciais e técnicas, foi proferida sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021. Posteriormente, em novembro de 2023, foi realizada a apuração e compensação de créditos e débitos recíprocos, resultando na obrigação líquida de pagamento pela Companhia no montante de R$ 97.410, o qual foi integralmente quitado em janeiro de 2024.

Não obstante, a controvérsia sobre a compensação dos créditos entre as partes prosseguiu no âmbito judicial. Nesse contexto, foram instaurados cumprimentos de sentença distintos pelas partes, incluindo demanda ajuizada pela METHA com vistas à cobrança de valores que, segundo a Companhia, já estariam extintos por compensação.

Em decorrência dessas discussões, a Companhia apresentou recurso de apelação que aguarda julgamento, buscando o reconhecimento da plena eficácia da compensação. Destaca-se que já há entendimento favorável à Companhia no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à validade dessa compensação, ainda pendente de confirmação definitiva.

Os montantes envolvidos na disputa são de R$ 155 milhões, conforme indicado nos pedidos apresentados pelas partes nos processos judiciais relacionados. Em 31 de março de 2026, o valor atualizado da discussão permanece atrelado a tais pleitos e às respectivas atualizações legais e contratuais.

A Administração, suportada pela avaliação de seus assessores jurídicos externos, classifica o risco de perda desse processo como possível, razão pela qual não foi constituída provisão contábil, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. A conclusão de risco possível está de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

4.7 Outras contingências relevantes

4. Fatores de Risco

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data-base 31/12/2025, a Companhia não possui outras contingências relevantes além das descritas no item 4.4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

5.2 Descrição dos controles internos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.2 Em relação aos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A KPMG Auditores Independentes Ltda. examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025. Em sua opinião, as demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CART, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS/IASB).

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Considerando que não foram detectadas quaisquer deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia, os diretores da Companhia não possuem comentários.

5.3 Programa de integridade

5 Política de gerenciamento de riscos e controle internos

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:
A Companhia possui um Programa de Integridade, composto por regras e normas fixadas por meio de políticas e procedimentos internos, visando a disseminar as melhores práticas de governança corporativa e orientar quais condutas são esperadas de seus colaboradores, parceiros de negócio e os e demais públicos com os quais interage.

O Programa de Integridade é instrumentalizado por meio de políticas e procedimentos internos criados com o intuito de formalizar o posicionamento da Companhia perante os colaboradores, reforçando aspectos fundamentais e garantidores da conformidade de seus processos, aprimorando os mecanismos de difusão da cultura ética e da gestão por meio da mitigação de riscos, prevenção, detecção e correção que impeçam a ocorrência de desvios éticos em suas atividades.

Nesse sentido, o principais mecanismos de integridade adotado pela Companhia voltado pra a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública são o Código de Conduta Ética, o Canal de Ética e sua Política Anticorrupção, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes que devem ser observadas na condução de todos os negócios da Companhia e estabelecer que esta não é conivente, em hipótese alguma, com qualquer ação ou omissão que possa repercutir em violação às disposições da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”) ou, quando aplicável, das regras previstas em leis estrangeiras como o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), dos Estados Unidos da América, e o UK Bribery Act (UKBA), do Reino Unido.

5.3 Programa de integridade

Nossa Política estabelece normas rígidas de integridade, estruturadas nos seguintes pilares:

- **Conduta e Tolerância Zero:** Prevenção à corrupção e suborno, com proibição absoluta de extorsão e pagamentos de facilitação.
- **Interações Externas:** Regras para o relacionamento com o Poder Público, fornecedores, participação em licitações e obtenção de licenças.
- **Hospitalidade e Benefícios:** Critérios para a oferta e recebimento de brindes, entretenimento e hospitalidade.
- **Repasses e Investimentos:** Normas para patrocínios e doações beneficentes, com vedação estrita a contribuições políticas.

Sua aplicação abrange todos os colaboradores, acionistas, administradores, conselheiros, consultores, diretores, auditores, prepostos, funcionários, estagiários, menores aprendizes, contratados terceirizados ou pessoa agindo em nome da Companhia, assim como terceiros com que tenha alguma relação, incluindo fornecedores, consultores, parceiros de negócios, clientes e demais prestadores de serviços.

O Código de Conduta Ética da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, também reforça o compromisso com a legalidade de seus atos, enfatizando que a Companhia não tolera qualquer conduta ilegal, de suborno ou corrupção por parte de seus colaboradores.

Nesse sentido, o Código de Conduta Ética da Companhia explica, didaticamente, conceitos como suborno e corrupção, dentre outros, apresenta as práticas vedadas pela Lei Anticorrupção e orienta que todos os colaboradores da Companhia devem sempre:

- conduzir as relações comerciais em estrita observância à legislação, às práticas de mercado, aos bons costumes e às orientações de órgãos reguladores;
- ser diligente, cordial e atencioso no trato com os órgãos públicos, poder concedente, agência reguladora, fornecedores, prestadores de serviços ou quaisquer outras concessionárias que se relacionem com a Companhia;
- jamais fazer negócios visando interesse ou vantagem pessoal direta ou indireta;
- observar rigorosamente os padrões operacionais e normas de segurança fixados pela Companhia, em especial procedimentos, prazos e formas de reporte;

5.3 Programa de integridade

O Código de Conduta Ética determina, ainda, que toda tratativa com órgãos públicos e/ou o poder concedente deverá ser realizada na presença de pelo menos 2 (dois) colaboradores da Companhia.

Além disso, o Código de Conduta Ética estabelece que a Companhia não financia ou promove partidos ou organizações políticas, nem seus representantes ou candidatos, ou outras atividades que tenham como fim a propaganda política, bem como não patrocina e nem faz doações, salvo a causas beneficentes, éticas e legais, desde que devidamente aprovadas pela Diretoria da Companhia.

A esse respeito, vale ressaltar, ainda, que a Companhia possui, especificamente, uma Política de Doação e Patrocínios, que estabelece as diretrizes para a realização de doações e patrocínios pela Companhia, a fim de garantir que essas contribuições ocorram com o mais elevado padrão de transparência, integridade e legalidade.

Para garantir a efetividade e o cumprimento de seu Programa de Integridade, do qual fazem parte a Política Anticorrupção, o Código de Conduta Ética e a Política de Doação e Patrocínios, a Companhia possui a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares.

Assim, uma vez apurado algum ato contrário as nossas diretrizes de integridade, este será avaliado pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais da Companhia.

Adicionalmente, a Política de Avaliação de Padrões Comportamentais e de Aplicação de Medidas Disciplinares norteia os parâmetros das medidas disciplinares que possuem caráter educativo e/ou punitivo. As penalidades previstas são proporcionais ao tipo de violação, à reincidência e ao nível de responsabilidade dos envolvidos, podendo resultar em

- Advertência verbal;
- Advertência por escrito;
- Suspensão do contrato do trabalho, durante ou após a apuração da denúncia; e
- Dispensa (sem justa causa ou por justa causa)

A dosimetria das medidas disciplinares será avaliada caso a caso, de acordo com a natureza e abrangência dos fatos comprovados, face a participação do envolvido, bem como os reflexos dos atos praticados em relação à imagem e valores da Companhia.

5.3 Programa de integridade

Já os parceiros de negócio da Companhia que violarem o Programa de Integridade estarão sujeitos à rescisão contratual, sem prejuízo da adoção de outras medidas indenizatórias, inclusive judiciais, tudo em consonância com as legislações aplicáveis e clausulas contratualmente previstas.

Estes mecanismos e procedimentos de integridade são reavaliados e, se necessário adaptados, anualmente, de forma ordinária e, em menor período, quando da ocorrência de eventos extraordinário.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, se existentes.

O Manual do Programa de Integridade, orienta a implementação do Programa de Integridade da Companhia, estabelecendo, dentre outras, a estrutura de Governança para Gestão e Monitoramento do Programa de Integridade da Companhia que é formado, conjuntamente, pelo Compliance Officer, pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e Conselho de Administração da Companhia.

Abaixo são descritas as atribuições de cada um dos componentes desta estrutura:

Compliance Officer: sua principal atribuição é orientar e promover o programa de integridade da Companhia. O Compliance Officer realiza a gestão do dia a dia do Programa de Integridade, o que inclui:

i. esclarecer dúvidas dos colaboradores e consulentes;

ii. acompanhar os desdobramentos relativos ao Canal de Ética e privacidade e assegurar o reporte das violações identificadas e seus resultados à Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, e quando aplicável, à diretoria executiva e ao conselho de administração;

iii. receber, monitorar e registrar o reporte de recebimento brindes, entretenimento ou hospitalidade pelos colaboradores;

iv. encaminhar temas à Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e ao conselho de administração, conforme o caso;

5.3 Programa de integridade

v. propor e estabelecer mecanismos e/ou protocolos de monitoramento, controle, acompanhamento e treinamento para prevenir potenciais condutas ilegais e antiéticas;

Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais: Os membros da Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais gozam de proteção institucional diante de eventuais tentativas de retaliação por parte de envolvidos em denúncias (denunciantes e denunciados) e diante de eventuais tentativas de represália por parte da Companhia.

Os membros da Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais possuem total independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas em função de seu cargo, não podendo, de qualquer modo, divulgar seu conteúdo para outros colaboradores ou para quaisquer outros terceiros que não seja no interesse das apurações das denúncias.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

1. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia possui um Código de Conduta Ética, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em maio de 2017, que é aplicável a todos os administradores e colaboradores da Companhia, bem como a terceiros com os quais a Companhia se relaciona.

2. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O descumprimento das normas contidas no Código de Conduta Ética é passível de medidas disciplinares:

(a) Advertência verbal;

(b) Advertência por escrito;

(c) Suspensão;

(d) Demissão sem justa causa;

(e) Demissão por justa causa.

5.3 Programa de integridade

A aplicação de qualquer uma das medidas disciplinares descritas acima possui regramento estabelecido na Política de Aplicação de Medidas Disciplinares, as quais, dentro das alçadas estabelecidas, sendo definida pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, de acordo com a gravidade da infração e de forma consistente e proporcional ao descumprimento, independentemente da hierarquia, posição/senioridade do colaborador.

3. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em maio de 2017 e está disponível publicamente no site da companhia https://cartsp.com.br/programa-de-integridade/.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncia é interno ou se está a cargo de terceiros:

O canal de denúncias é gerido por uma empresa independente, que recebe os relatos e os encaminha à área de **Compliance** e aos membros do seu Comitê, garantindo total sigilo e confidencialidade por meio de ferramentas seguras.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O canal está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros via

Website: https://www.contatoseguro.com.br/cart

Telefone (0800 800 7171)

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé:

O Canal de Ética da Companhia é externo, gerido pela prestadora Contato Seguro, e é assegurado o anonimato e proteção dos denunciantes de boa-fé, conforme estabelecido na Política de Reporte de Denúncias e Não Retaliação da Companhia.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Diretoria de Compliance e Riscos conduz as investigações, com supervisão do Comitê de Ética no que tange à operação do Canal.

5.3 Programa de integridade

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 exercícios sociais não houve registro de denúncias de nenhum tipo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que a Companhia possui regras voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

5.5 Outras informações relevantes

5 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia realiza testes periódicos de invasão (pentest) a seus sistemas com empresa referência em segurança da informação. Possui equipe interna de segurança e parceiros para infraestrutura de rede, atualização de sistemas críticos, firewall e antivírus.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.					
30.799.177/0001-60	Brasil	Sim	Sim	30/04/2020	
Não					
6.301.299.488	100,000	6.301.299.487	100,000	12.602.598.975	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
6.301.299.488	100,000	6.301.299.487	100,000	12.602.598.975	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.				**30.799.177/0001-60**	
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VI S.A.					
35.378.705/0001-21	Brasil	Não	Não	30/04/2020	
Não					
162.800.500	57,332	0	0,000	162.800.500	57,332
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Itaú Unibanco S.A.					
60.701.190/0001-04	Brasil	Sim	Não	24/10/2022	
Não	INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.		Juridica	30.799.177/0001-60	
121.161.538	42,668	0	0,000	121.161.538	42,668
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.				**30.799.177/0001-60**	
283.962.038	100,000	0	0,000	283.962.038	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VI S.A.				**35.378.705/0001-21**	
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 33 S.A.					
52.845.623/0001-69	Brasil	Não	Não	10/11/2023	
Não					
519.125.084	100,000	0	0,000	519.125.084	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
NY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTIESTRATEGIA					
36.500.390/0001-06	Brasil	Não	Não	31/12/2023	
Não					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VI S.A.				**35.378.705/0001-21**	
519.125.084	100,000	0	0,000	519.125.084	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 33 S.A.	**52.845.623/0001-69**	

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 34 S.A.

52.647.422/0001-57	Brasil	Não	Não	24/10/2023	
Não					
370.020.311	100,000	0	0,000	370.020.311	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL

370.020.311	100,000	0	0,000	370.020.311	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 34 S.A.				**52.647.422/0001-57**	
Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participacoes Multiestrategia					
17.870.733/0001-80	Brasil	Não	Não	13/03/2013	
Não					
468.740.344	100,000	0	0,000	468.740.344	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
468.740.344	100,000	0	0,000	468.740.344	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	18/12/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6. Controle e grupo econômico

6.5 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os

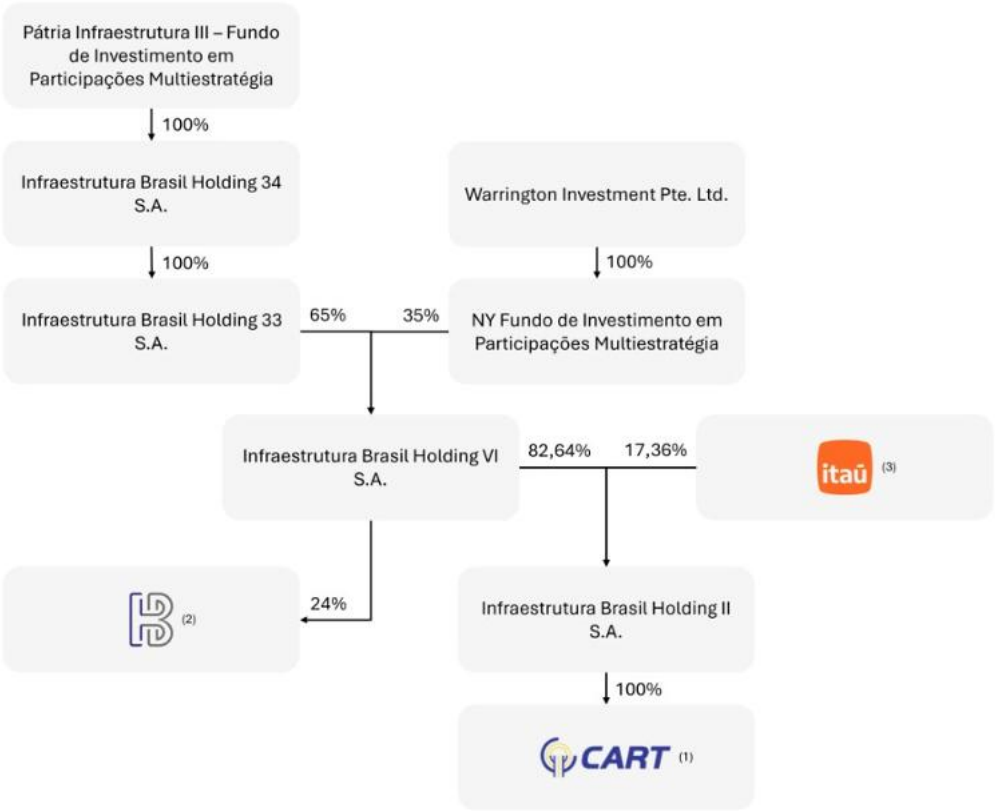
acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

b. principais controladas e coligadas do emissor

c. participações do emissor em sociedades do grupo

d. participações de sociedades do grupo no emissor

e. principais sociedades sob controle comum



Legenda	Razão Social	CNPJ
(1)	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	10.531.501/0001-58
(2)	IBH I Serviços e Participações S.A.	40.942.710/0001-55
(3)	Itaú Unibanco S.A.	60.701.190/0001-04
	Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	30.799.177/0001-60
	Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.	35.378.705/0001-21
	Infraestrutura Brasil Holding 33 S.A.	52.845.623/0001-69
	Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	52.647.422/0001-57
	Pátria Infraestrutura III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.870.733/0001-80
	NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	28.953.928/0001-00
	Warrington Investment Pte. Ltd.	30.602.126/0001-05

6.6 Outras informações relevantes

6. Controle e grupo econômico

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

De acordo com a estrutura societária da Companhia, o Itaú detém exclusivamente ações preferenciais, desprovidas de direito a voto.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7 Assembleia geral e administração

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item “b” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item “c” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

d. por órgão: (i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero; (ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça; (iii) número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável; (iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Preenchimento realizado direto nas tabelas estruturadas do sistema.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não estabelece metas específicas relacionadas à diversidade de gênero, cor, raça ou outros atributos entre os integrantes de seus órgãos de administração e do conselho fiscal.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Os órgãos de administração não possuem atribuições específicas para avaliar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	**0**	**8**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	**0**	**8**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	**0**	**8**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7 Assembleia geral e administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome DANIEL BECKER **CPF:** 034.375.929-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/04/1982

Experiência Profissional: Brasileiro, com formação acadêmica em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestão Estratégica da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”). Possui 15 anos de experiência, concentrada nos setores de Logística e Transporte. No Pátria Investimentos há quatro anos, trabalhou no desenvolvimento da tese de concessões rodoviárias dentro do Pátria Infraestrutura. Previamente ao Pátria, foi Gerente Geral de Melhoria de Performance e Inovação na VLI S.A e também Principal na Bain & Company. O Diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	24/04/2025	2 anos	Outros Diretores	Diretor de Gestão Estratégica			
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à qualquer condenação criminal, ou à qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicáveis, ou, todavia, à qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Nome FABRICIO RODRIGUES AMARAL **CPF:** 040.156.326-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 31/05/1979

Experiência Profissional: O Sr. Fabrício Rodrigues Amaral ocupa a função de Operating Partner liderando o portfólio de Rodovias LATAM no Pátria Investimentos. Com mais de 20 anos de experiência ocupou posições de liderança sênior e C-Level com passagens pela Ambev, RHI Magnesita e Pátria. Entre 2007 e 2014 atuou como COO LATAM na RHI Magnesita. Atua no Pátria desde 2014, ocupando posições de COO, CEO de investida, Head de Operações & Supply Chain do Portfolio Pátria e Operating Partner do Setor de Rodovias e Logística. Atuou como membro de Conselho de Administração da Lavoro, Grupo Avidanti (Colômbia), SuperFrio, CropCare, Icestar (Chile). Hoje é Conselheiro das empresas CART, Entrevias, Eixo, Via Araucária, Rutas a Sur, Rutas del Vale e Evolution Mobilty. Possui formação em Engenharia Mecânica pela UI. Executivo com grande experiência em project finance, gestão de capex e operações, tendo implantado importantes projetos no Brasil, Colômbia e outros países LATAM. Adicionalmente, o Sr. Fabrício declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos	Presidente do Conselho de Administração			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à qualquer condenação criminal, ou à qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicáveis, ou, todavia, à qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Nome GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO **CPF:** 063.255.958-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador e advogado **Data de Nascimento:** 31/05/1967

Experiência Profissional: Atualmente ocupa o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia. É formado em Direito pela Unicapital, Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco e Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Possui MBA em Mercado de Capitais pela FIPECAFI/USP, MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas, LLM em Direito Corporativo pelo IBMEC, Pós-Graduação em Gestão Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Mestrado em Economia de Empresas pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais. Possui vasta experiência na área bancária e financeira, tendo trabalhado em diversas instituições financeiras desde 1985, sendo eles: Banco Real, Banco Agrimisa, Banco Safra e Banco Fidis. Nos últimos anos atuou como Head de Tesouraria e Serviços Financeiros da região América Latina no Grupo FCA Fiat Chrysler e como CEO da Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda, onde atuou no suporte e desenvolvimento de serviços financeiros e na gestão de tesouraria das empresas do Grupo FCA na América Latina. Em 15 de abril de 2019, o Sr. Gilson de Oliveira Carvalho foi eleito para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Entrevias, tendo tomado posse na mesma data, e com mandato até 15 de abril de 2020. O Sr. Gilson de Oliveira Carvalho não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	24/04/2025	2 anos	Outros Diretores	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à qualquer condenação criminal, ou à qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicáveis, ou, todavia, à qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Nome JOSÉ HENRIQUE DE AVILA **CPF:** 173.862.188-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 11/06/1973

Experiência Profissional: O Sr. José Henrique de Avila é graduado em Engenharia Civil, possui pós-graduação em Gerenciamento de Empresas e acumula mais de 28 anos de experiência profissional, tendo atuado em posições de liderança na implantação e gestão de projetos de engenharia e construção civil, incluindo mobilidade urbana, aeroportos, metrôs, obras rodoviárias e ferroviárias, obras de contenção e combate a enchentes, entre outros. Possui ainda experiência na indústria de transporte e distribuição de asfaltos, bem como na estruturação e desenvolvimento de empresas, implantação de políticas e procedimentos, elaboração de planos de negócios e obtenção de financiamentos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/01/2026	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		01/01/2026		01/01/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome LUIZ CLAUDIO TORELLI **CPF:** 612.434.426-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Aeronáutico **Data de Nascimento:** 27/02/1969

Experiência Profissional: Engenheiro Aeronáutico formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com especialização em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Luiz Claudio atuou como Diretor nas áreas de Operações, Engenharia, Manutenção e Suporte ao Produto em diversas empresas, como América Latina Logistica S.A. (atual Rumo Logistica S.A.), MRS Logistica e GE Transportes Ferroviários. Atuou, também, como Gerente e Diretor de Serviços na Força Aérea Brasileira e na Lion (atual Sotreq). O Sr. Luiz Claudio informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Luiz Claudio declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	24/04/2025	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		24/04/2025		24/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à qualquer condenação criminal, ou à qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicáveis, ou, todavia, à qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Nome RICARDO FERNANDES PRADO ALVES **CPF:** 230.056.838-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 21/10/1988

Experiência Profissional: Atualmente ocupa a posição de Vice-Presidente no time de investimentos em Infraestrutura do GIC, fundo soberano de Singapura com mais de US$100bn sob gestão. Possui mais de 10 anos de experiência em investimentos em empresas de capital aberto e fechado. Anteriormente ao GIC integrava o time da Warburg Pincus no Brasil, um dos maiores fundos dedicados à investimentos em Private Equity do mundo, e também trabalhou como analista e gestor de ações de empresas listadas na mesa proprietária do banco Santander. Iniciou sua carreira na McKinsey&Co, como consultor, e possui formação acadêmica em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O Diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à qualquer condenação criminal, ou à qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicáveis, ou, todavia, à qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Nome THIAGO DE PAULA BRONZI **CPF:** 364.109.338-43 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 13/01/1988

Experiência Profissional: Antes de ingressar na Pátria em 2011, o Sr. Thiago de Paula Bronzi trabalhou na A.T. Kearney na área de estratégia de negócios e no Banco BBM em pesquisa macroeconômica. Participou do desenvolvimento da Highline, empresa de torres criada pela Pátria em 2012, e participou das iniciativas de rodovias do fundo (Entrevias, Eixo SP e Cart). É formado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Novos Negócios na Companhia. O Sr. Thiago informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	24/04/2025	2 anos	Outros Diretores	Diretor de Novos Negócios			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, à qualquer condenação criminal, ou à qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicáveis, ou, todavia, à qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês instalados.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7 Assembleia geral e administração

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

7.8 Outras informações relevantes

7 Assembleia geral e administração

7.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a esse tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8 Remuneração dos administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00		5,00
Esclarecimento	Não há remuneração específica para os conselheiros por sua atuação no Conselho de Administração. A contraprestação financeira desses membros ocorre via cargos de diretoria ocupados em outras empresas do grupo.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.348.673,00		4.348.673,00
Benefícios direto e indireto	0,00	126.613,10		126.613,10
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.882.152,42		1.882.152,42
Descrição de outras remunerações fixas		Honorários, previdência privada, encargos sociais, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.642.561,48		3.642.561,48
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	10.000.000,00		10.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00		5,00
Esclarecimento	Não há remuneração específica para os conselheiros por sua atuação no Conselho de Administração. A contraprestação financeira desses membros ocorre via cargos de diretoria ocupados em outras empresas do grupo.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.785.867,00		1.785.867,00
Benefícios direto e indireto	0,00	52.208,00		52.208,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	772.524,00		772.524,00
Descrição de outras remunerações fixas		Honorários, previdência privada, encargos sociais, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.496.401,00		1.496.401,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	4.107.000,00		4.107.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00		5,00
Esclarecimento	Não há remuneração específica para os conselheiros por sua atuação no Conselho de Administração. A contraprestação financeira desses membros ocorre via cargos de diretoria ocupados em outras empresas do grupo.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.339.000,00		2.339.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	73.000,00		73.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.071.000,00		1.071.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Honorários, previdência privada, encargos sociais, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.811.000,00		1.811.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	5.294.000,00		5.294.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00		5,00
Esclarecimento	Não há remuneração específica para os conselheiros por sua atuação no Conselho de Administração. A contraprestação financeira desses membros ocorre via cargos de diretoria ocupados em outras empresas do grupo.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.381.868,16		2.381.868,16
Benefícios direto e indireto	0,00	7.167,56		7.167,56
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	45.343,00		45.343,00
Descrição de outras remunerações fixas		Honorários, previdência privada, encargos sociais, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.573.021,17		1.573.021,17
Participação de resultados	0,00	311.088,00		311.088,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	4.318.487,89		4.318.487,89

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8 Remuneração dos administradores

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8 Remuneração dos administradores

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.7 Opções em aberto

8 Remuneração dos administradores

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8 Remuneração dos administradores

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8 Remuneração dos administradores

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.10 Outorga de ações

8 Remuneração dos administradores

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.12 Precificação das ações/opções

8 Remuneração dos administradores

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.13 Participações detidas por órgão

8 Remuneração dos administradores

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.14 Planos de previdência

8 Remuneração dos administradores

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer, as seguintes informações em forma de tabela:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8 Remuneração dos administradores

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8. Remuneração dos Administradores

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	*2026*	*2025*	*2024*	*2023*
Conselho de Administração	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
Diretoria Estatutária	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
Conselho Fiscal	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

8.20 Outras informações relevantes

8. Remuneração dos Administradores

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que todas as informações pertinentes e relevantes a esse tópico foram apresentadas no decorrer dos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**004189**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
09/06/2024	09/06/2024	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria e emissão de relatórios sobre demonstrações financeiras da Companhia.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Os honorários dos Auditores Independentes da Companhia foram R$ 455.382,55, referentes a Auditoria das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e revisão das informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025.		
Justificativa da substituição		
Não aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9. Auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Os auditores independentes KPMG (KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA, 55.755.217/0001-29) foram contratados exclusivamente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia, não havendo a contratação de serviços adicionais que possam caracterizar conflito de interesse ou comprometer sua independência.

9.4 Outras informações relevantes

9. Auditores

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia esclarece que os dados pertinentes e relevantes a este tópico já foram apresentados nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	7	37	0	0	0
Não-liderança	284	668	0	0	0
TOTAL = 996	**291**	**705**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	32	1	9	0	0	0
Não-liderança	8	609	73	229	2	0	31
TOTAL = 996	**10**	**641**	**74**	**238**	**2**	**0**	**31**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	37	7
Não-liderança	289	496	167
TOTAL = 996	**289**	**533**	**174**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	1	43	0
Não-liderança	13	939	0
TOTAL = 996	**14**	**982**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	44	0	0
Não-liderança	0	0	0	952	0	0
TOTAL = 996	**0**	**0**	**0**	**996**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	291	705	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 996	**291**	**705**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	10	641	74	238	2	0	31
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 996	**10**	**641**	**74**	**238**	**2**	**0**	**31**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	289	533	174
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 996	**289**	**533**	**174**

10.1 Descrição dos recursos humanos

10 Recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:

i. identidade autodeclarada de gênero;

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça;

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

iii. faixa etária;

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

iv. pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

v. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não possui nenhum outro indicador que entenda ser relevante para os temas desse item.

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

10.1 Descrição dos recursos humanos

c. c. índice de rotatividade

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

10.2 Alterações relevantes

10 Recursos humanos

10.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10 Recursos humanos

10.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10 Recursos humanos

10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

10.5 Outras informações relevantes

10 Recursos humanos

10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia informa que não há outras informações relevantes para esse tópico.

11.1 Regras, políticas e práticas

11 Transações com partes relacionadas

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	31/12/2021	3.228.423,41	177.000,00	-	-	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas administrativa					
Garantia e seguros	-					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	31/12/2025	34.000,00	34.000,00	0	0	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesa					
Garantia e seguros	0					
Rescisão ou extinção	0					
Natureza e razão para a operação	0					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	31/12/2021	7.848.024,84	695.000,00	-	-	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas administrativa					
Garantia e seguros	-					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Serviços e Participações S.A.	31/12/2025	18.000,00	18.000,00	0	0	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas administrativa					
Garantia e seguros	0					
Rescisão ou extinção	0					
Natureza e razão para a operação	0					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 34 S.A.	31/12/2025	908.000,00	908.000,00	0	0	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesa					
Garantia e seguros	0					
Rescisão ou extinção	0					
Natureza e razão para a operação	0					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	31/12/2025	400.000,00	400.000,00	0	0	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Compartilhamento de Despesa					
Garantia e seguros	0					
Rescisão ou extinção	n.a					
Natureza e razão para a operação	n.a					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Itens ‘n.’ e ‘o.’

11. Transações com partes relacionadas

n) Identificar medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse (“Política”), com o objetivo de estabelecer procedimentos a serem observados a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Nesse sentido, vale ressaltar que todas as transações com partes relacionadas identificadas neste Formulário de Referência foram celebradas em observância e conformidade com os critérios e procedimentos previstos na Política e na legislação aplicável, tendo sido previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A esse respeito, vale notar, ainda que, de acordo com a Política, o Conselho de Administração da Companhia somente aprova transações com partes relacionadas caso conclua serem equitativas e realizadas no melhor interesse da Companhia.

o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações pactuadas com partes relacionadas descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência são devidamente formalizadas mediante celebração de contratos com cláusulas e condições refletindo os preços e práticas de mercado, sempre tendo como objetivo resguardar os interesses da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no item 11.2 deste Formulário de Referência.

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e em atenção às melhores práticas de governança corporativa, todas as transações entre as partes relacionadas estão à disposição dos membros do Conselho de Administração.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Vale ressaltar, ainda, que as operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizados com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que seriam estipuladas entre partes independentes, como o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

11.3 Outras informações relevantes

11 Transações com partes relacionadas

11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia não possui outras informações que entenda relevantes para estes itens.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
18/12/2024		1.586.774.518,96
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
6.301.299.488	6.301.299.487	12.602.598.975

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
18/12/2024		1.586.774.518,96
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
6.301.299.488	6.301.299.487	12.602.598.975

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
18/12/2024		1.586.774.518,96
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
6.301.299.488	6.301.299.487	12.602.598.975

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12. Capital social e Valores mobiliários

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	CART13
Data de emissão	15/10/2021
Data de vencimento	15/12/2035
Quantidade Unidade	105.000
Valor nominal global R$	10.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.050.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 e/ou das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, desde que o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate seja superior a 4 (quatro) anos ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).
Características dos valores mobiliários de dívida	Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10,00, totalizando R$1.050.000. A emissão se deu em série única. As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de Bookbuilding, e. em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento Bookbuilding, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por cento) ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	-
Outras características relevantes	Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10,00, totalizando R$1.050.000. A emissão se deu em série única. As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de Bookbuilding, e. em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento Bookbuilding, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por cento) ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	RPTA14
Data de emissão	15/06/2025
Data de vencimento	15/03/2036

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade Unidade	1.200.000
Valor nominal global R$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.200.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão, pelo valor nominal unitário acrescido da remuneração pro rata temporis até a data do efetivo pagamento, além de eventuais encargos moratórios, quando aplicável.
Características dos valores mobiliários de dívida	As debêntures são simples, escriturais, nominativas, não conversíveis em ações, com garantia real, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R$ 1.200.000.000,00. Contam com remuneração baseada em atualização monetária e juros remuneratórios previstos na Escritura de Emissão, pagos periodicamente.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições poderão ser alteradas mediante deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de instalação e deliberação previsto na Escritura de Emissão e na legislação aplicável.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	571	3	621

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12. Capital social e Valores mobiliários

12.5 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As debêntures da Companhia (3ª e 4ª emissões) são admitidas à negociação na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui valores mobiliários emitidos em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12 Capital social e Valores mobiliários

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, esse item é facultativo para emissores registrados na categoria B.

12.9 Outras informações relevantes

12 Capital social e Valores mobiliários

12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia não possui outras informações que entenda relevantes para estes itens.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Gilson de Oliveira Carvalho	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
José Henrique de Avila	Diretor Presidente	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART
CNPJ/ME nº 10.531.501/0001-58
NIRE nº 35.3.0036387-6

DECLARAÇÃO

Eu, **José Henrique de Avila**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.020.790-X (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 173.862.188-00, na qualidade de Diretor Presidente da **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART**, sociedade anônima de capital fechado, registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 10.531.501/0001-58, com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, Avenida Issa Marar, 2-200, Parque Residencial Samambaia, CEP 17.018-002 ("Companhia"), nos termos da resolução nº 59 de 22 de dezembro de 2021, conforme alterada declaro que:

a. Revisei o formulário de referência da Companhia;
b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20 e
c. As informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

Bauru, 29 de maio de 2026.

PROJURIS ASSINADO DIGITALMENTE Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que institui a ICP-Brasil

JOSE HENRIQUE DE AVILA:17386218800
173.862.188-00

Emitido por: AC LINK RFB v2

Data: 28/05/2026

José Henrique de Avila
Diretor Presidente

bry confiar para transformar

13.1 Declaração do diretor presidente

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse **https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas**, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".

Código de verificação:
adb37175-8955-4338-b01b-5436fd6534af

CHAVE:
187D4BBE588705676B22E739F2C9F429B036F095DD8F12E9D8A340A5EDB0E447

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em “Baixar documento assinado”.

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 29/05/2026 08:42 (BRT).

Nome do documento: 000_protocolo_assinaturas_13.1Declaracaododiretorpresidente_vf.pdf
Algoritmo: SHA256
Hash: 92E5F7AFC5E1393994BAD019D611A8B22E5451A93BD390ECC77773A346145D25
Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas.

- O documento é autêntico e não foi adulterado.
- Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- As datas das assinaturas são confiáveis

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 29/05/2026 08:42 (BRT).

JOSE HENRIQUE DE AVILA:17386218800

- **Data da assinatura:** 28/05/2026 18:21 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
  - **Tipo do certificado:** A3
  - **Emitido por:** JOSE HENRIQUE DE AVILA:17386218800
  - **Validade:** 09/08/2023 16:00 (BRT) - 09/08/2026 16:00 (BRT)
- **Situação:**
  - Assinatura íntegra
  - Certificado válido
  - Identidade reconhecida
  - Assinatura Eletrônica Qualificada
  - A assinatura esta de acordo com a sua política
  - Carimbo válido
- **Carimbos:**
  - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
    - **Data e hora:** 28/05/2026 18:21 (BRT)

13.1 Declaração do diretor presidente

- **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT Bry 50110
- **Situação:** Válido

José Henrique de Avila

- **Data da assinatura:** 28/05/2026 18:21 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
  - **IP:** 177.26.251.75
  - **Email:** henrique.avila@entrevias.com.br

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART
CNPJ/ME nº 10.531.501/0001-58
NIRE nº 35.3.0036387-6

DECLARAÇÃO

Eu, **Gilson de Oliveira Carvalho**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.237.510 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 063.255.958-66, na qualidade de Diretor Administrativo e de Relações com Investidores da **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART**, sociedade anônima de capital fechado, registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 10.531.501/0001-58, com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, Avenida Issa Marar, 2-200, Parque Residencial Samambaia, CEP 17.018-002 ("Companhia"), nos termos da resolução nº 59 de 22 de dezembro de 2021, conforme alterada declaro que:

a. Revisei o formulário de referência da Companhia;
b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20 e
c. As informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

Bauru, 29 de maio de 2026.

PROJURIS
ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001 que institui a ICP-Brasil

GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO:063255958
063.255.958-66

Emitido por: AC VALID RFB v5

Data: 28/05/2026

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse **https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas**, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".

Código de verificação:
4fe398b9-e2cc-40af-aa17-0737145122b8

CHAVE:
9C1925976974A8379191B4D95DC553B1DE7E73492A173864C9D0E74645254437

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em “Baixar documento assinado”.

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 28/05/2026 18:02 (BRT).

Nome do documento: 000_protocolo_assinaturas_13.1Declaracaododiretorderelacoescominvestidores_vf.pdf
Algoritmo: SHA256
Hash: 1DDD90DF916F4E06B9AD315762F05E1EAE668E8F467679AEB6445953A8CE81AF
Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas.

- O documento é autêntico e não foi adulterado.
- Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- As datas das assinaturas são confiáveis

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 28/05/2026 18:02 (BRT).

GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO:06325595866

- **Data da assinatura:** 28/05/2026 17:59 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
  - **Tipo do certificado:** A3
  - **Emitido por:** GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO:06325595866
  - **Validade:** 09/12/2024 17:28 (BRT) - 10/12/2027 17:28 (BRT)
- **Situação:**
  - Assinatura íntegra
  - Certificado válido
  - Identidade reconhecida
  - Assinatura Eletrônica Qualificada
  - A assinatura esta de acordo com a sua política
  - Carimbo válido
- **Carimbos:**
  - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
    - **Data e hora:** 28/05/2026 17:59 (BRT)

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

- **Emitido por:** SERVIDOR BBC/ARIMBO DO TEMPO AC1 Bry 50151
- **Situação:** Válido

Gilson de Oliveira Carvalho

- **Data da assinatura:** 28/05/2026 17:59 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
  - **IP:** 186.206.254.199
  - **Email:** gilson.carvalho@ibhservicos.com.br
  - **Geolocalização:** -19.967061827387152, -43.967319583107745

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.